

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**As interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson
Werneck Sodré: um debate sobre a revolução
brasileira**

Filipe Leite Pinheiro
DRE: 109023658

Orientadora: Maria de Mello Malta
Janeiro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**As interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson
Werneck Sodré: um debate sobre a revolução
brasileira**

Filipe Leite Pinheiro
DRE: 109023658

Orientadora: Maria de Mello Malta
Janeiro de 2014

As opiniões expressas nesse trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais e demais familiares pela atenção, paciência, e apoio incondicional durante esses cinco anos de graduação. Sem vocês eu não teria condições emocionais e materiais para realizar esta empreitada. Agradeço também aos companheiros do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema - IE/UFRJ) por me acolherem em seu grupo de pesquisa e por todo o apoio ao longo desses três anos de participação, sem o qual não seria possível realizar este trabalho. Divido com, Maria Malta, Carla Curty, Larissa Mazolli, Pablo Bielschowsky, Bruno Borja, Allan Mesentier, Laura Amaral, Luciano Coutinho, e demais membros do coletivo, cada linha deste trabalho. Ao professor José Roberto Novaes agradeço por me despertar a atenção e a solidariedade com “os de baixo”, e principalmente para a necessidade de abrir a universidade as demandas populares, sem a qual eu não teria dado sequer um passo na direção de uma produção de conhecimento crítica.

Também não poderia deixar de agradecer aos amigos com quem dividi angústias e conquistas ao longo desses anos. Aos amigos que trouxe de Miguel Pereira agradeço por dividirem comigo toda as incertezas e estranhamentos daqueles que, como diria Gonzaguinha, colocam a perna no mundo. Aos amigos que fiz no Instituto de Economia por dividirem dúvidas e inquietações e também pelos inúmeros momentos de diversão. Aos camaradas do movimento estudantil da UFRJ, principalmente os do Coletivo “Nós Não Vamos Pagar Nada”, por me mostrarem a necessidade e o prazer da luta política.

Resumo

Este trabalho pretende retornar as interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, com o intuito de, ao revisitar tal debate, recuperar alguns elementos essenciais para pensar as transformações do Brasil presente. A partir de uma definição de interpretação do Brasil se procura demonstrar a contribuição destes autores para a adaptação do marxismo a realidade brasileira, associando esta leitura do processo histórico desta formação social a um projeto político de intervenção na realidade. Assim se evidencia a ligação entre estas interpretações marxistas do Brasil e suas respectivas teorias de Revolução Brasileira.

Palavras Chave: Interpretações do Brasil, História do pensamento econômico brasileiro, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré.

Sumário

Introdução.....	8
1. Considerações Metodológicas	11
1.1 Materialismo histórico, intelectuais e classes sociais	13
1.2 A História do Pensamento Econômico como questão: abordagem através das controvérsias e a categoria metodológica da práxis.....	18
1.3 Elementos para pensar uma história do pensamento econômico brasileiro	24
1.4 Interpretações Marxistas do Brasil e a Controvérsia da Revolução Brasileira.....	32
2. A interpretação do Brasil de Caio Prado Jr.: O sentido capitalista da colonização	38
2.1 Introdução	39
2.2 A interpretação do Brasil de Caio Prado Jr.: o sentido capitalista da colonização	41
2.3 A teoria da Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior	51
2.4 Conclusões	54
3. A interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré: Regressão feudal e a centralidade do conceito de modo de produção.	56
3.1 Introdução	56
3.2 A interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré: regressão feudal e a centralidade de conceito de modo de produção	62
3.3 A teoria da Revolução Brasileira de Nelson Werneck Sodré: fundamentação nacionalizada do programa democrático popular.	68
3.4 Conclusões.....	72
4. Conclusões.....	73
Referências Bibliográficas	78

Introdução

Os ventos de junho que varreram as ruas do Brasil são apenas mais um indicativo da necessidade de se voltar a pensar as questões nacionais. As demandas levantadas pelas massas, se por um lado apontam a necessidade do aprofundamento das conquistas democráticas até aqui estabelecidas, por outro colocam a necessidade de se retornar problemas de relevância histórica para o Brasil, questões que, de acordo com Gramsci, se encontram na esfera da grande política. Enquanto tais problemas permanecerem sem solução, os avanços democráticos serão lentos, e a “forma de vida conservadora” burguesa tratará de erodir as liberdades democráticas anteriormente conquistadas. Estes problemas podem ser brevemente elencados sem muita dificuldade: Exclusão social, concentração fundiária, pobreza, preconceito racial, desequilíbrio regional e estrutural, dentre outros profundamente enraizados na realidade brasileira. Nesse sentido, entendendo que a produção de conhecimento deve se impregnar daquilo que emana do concreto, este trabalho pretende retornar as interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, com o intuito de, ao revisitar tal debate, recuperar alguns elementos essenciais para pensar as transformações do Brasil presente.

Entende-se por intérprete do Brasil aquele autor que a partir de uma análise do processo histórico da formação social brasileira naquilo que ela possui de específico, e de uma análise da conjuntura sócio-histórica de seu tempo, elabora um programa político capaz de conduzir uma transformação na realidade. Tanto Caio Prado quanto Sodré realizam tal movimento analítico em suas obras. Além deste primeiro aspecto, um segundo ponto de aproximação é o fato de ambos utilizarem o marxismo como método de compreensão do processo histórico. Isso tem como consequência algo maior que mera semelhança conceitual das referidas análises, ou a presença de um escopo analítico similar. Na medida em que o materialismo histórico não pode ser compreendido sem seu caráter de classe, a opção metodológica dos autores condiciona o programa político elaborado.

O materialismo histórico, método que interpreta a história como luta de classes, quando empregado para compreender o presente como história, tem de responder duas questões: em que estado se encontra a luta de classes no presente? Como interferir nesse processo para fazer avançar na direção do socialismo? Ou seja, a aplicação da dialética materialista na compreensão do processo histórico tem como seu momento necessário a

formulação de uma teoria da revolução, uma sistematização das ações políticas que servem a um determinado fim. Do mesmo modo, interpretações do Brasil realizadas a partir do marxismo trazem como seu momento necessário uma teoria da revolução brasileira. A despeito do termo “revolução brasileira” ter sido usado de inúmeras formas ao longo da história do país, e de ter sido um conceito em disputa na época dos referidos autores, no seu caso o termo revolução brasileira possui significado bem claro: trata-se da revolução burguesa então em curso e da capacidade de afirmar o caráter socialista desta revolução, capaz de emancipar as massas brasileiras de problemas históricos e aparentemente insuperáveis e construir consciência nacional madura.

A necessidade de intervir diretamente na revolução brasileira então em curso, e de agir praticamente no sentido da sua realização, fez com que Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr., entrassem no Partido Comunista Brasileiro – PCB. O PCB representa para tais autores, em um momento de fortalecimento da sociedade civil e constituição de um debate sistemático sobre as grandes questões nacionais, um espaço de militância e reflexão sobre a realidade brasileira. Deste modo, o presente trabalho toma por objeto as interpretações do Brasil de Prado e Sodré e suas respectivas formulações sobre a revolução brasileira, levando em consideração a inserção do debate no partido comunista Brasileiro. Recuperando tal debate se pretende avaliar a contribuição de cada autor para a formulação de uma interpretação marxista do Brasil, bem como suas contribuições relativas à controvérsia da revolução brasileira.

Para realizar tal investigação, o presente trabalho se dividirá em quatro etapas. Em um primeiro momento se farão algumas considerações metodológicas para um estudo adequado da história do pensamento econômico brasileiro, em especial das interpretações do Brasil. No primeiro capítulo a partir do materialismo histórico proposto por Karl Marx se fará uma proposta para aplicar tal método à história do pensamento econômico, estabelecendo as mediações necessárias para analisar o pensamento econômico brasileiro em particular. A relação entre desenvolvimento teórico do centro e da periferia, a da adaptação conceitual necessária à interpretação da realidade brasileira, e o significado do nacional nas economias subdesenvolvidas serão alguns dos pontos abordados no primeiro capítulo.

Cumprida esta primeira etapa metodológica o segundo e o terceiro capítulo tratam das interpretações do Brasil dos referidos autores. O segundo capítulo é dedicado a Caio Prado Jr., primeiro marxista a realizar uma interpretação bem sucedida de realidade brasileira, e que ao mesmo tempo, ao afirmar o caráter capitalista da

colonização brasileira discorda frontalmente das teses elaboradas pelo PCB. Essa diferença fundamental entre a sua interpretação e interpretação oficial da esquerda faz com que do ponto de vista da teoria da Revolução Brasileira realize uma crítica pela esquerda do programa nacional popular. Apesar do caráter negativo sobre o programa nacional popular, Caio Prado não consegue se diferenciar desta proposta.

Já no terceiro capítulo são analisadas a obra de Nelson Werneck Sodré, que a partir de uma inflexão em seu pensamento, se opõe à corrente de interpretação de Caio Prado e reafirma o caráter feudal da colonização brasileira. Neste capítulo, além da sua interpretação, são avaliados de maneira breve os motivos que conduziram a tal ruptura. Esta por sua vez faz com que Nelson Werneck Sodré seja o responsável pela defesa mais bem acabada do programa nacional popular, o que não deixa sua teoria da revolução livre destes problemas.

Por último, o trabalho pretende apresentar conjuntamente elementos desenvolvidos nos capítulos anteriores, para estabelecer um balanço crítico da controvérsia da revolução brasileira tendo em vista sua dimensão necessária de interpretação do Brasil. Assim, se pretende compreender os condicionantes, avanços e limitações de cada autor em relação à controvérsia da revolução, evitando equívocos e reducionismos.

1. Considerações Metodológicas

1. Considerações metodológicas

Este trabalho se pretende uma análise marxista das interpretações marxistas do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Enquanto abordagem marxista para a história do pensamento econômico se investe do esforço coletivo da tentativa de construir um método empreendido por Malta et alli (2011) e desenvolvido posteriormente em Borja (2013), Pereira (2013), Silva (2013) e Malta e Borja (2013). Tal método será aqui chamado de método das controvérsias. A base analítica desta construção toma com referência Goldman (1956), Ganem (2011), Bianchi e Nunes (1995), Cândido (2004), Cândido (1957), Hobsbawn (1995) além dos poucos textos de Marx em que ele aborda a questão do método, em especial Marx e Engels (1859) e bem como seu estudo de HPE realizado em *Teorias da Mais-Valia*.

Para formular uma abordagem capaz de organizar as interpretações de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré a partir do método de controvérsias este capítulo se divide em quatro partes. Na primeira se retoma brevemente as origens do materialismo histórico enquanto método de apreensão do real, expondo sinteticamente sua lógica interna, e explorando alguns elementos para pensar a história do pensamento a partir deste método.

A segunda parte se concentra exclusivamente na elaboração de um método crítico para a história do pensamento, por método crítico se entende método de controvérsias. Na exposição se fará recurso a um debate com a historiografia positivista do pensamento a fim de demarcar com clareza quais são as diferenças fundamentais entre este e o método crítico.

Na terceira seção se aplica o método discutido na história do pensamento econômico brasileiro a fim de compreender suas especificidades enquanto objeto de estudo. Aparece aí a centralidade da controvérsia do desenvolvimento no pensamento econômico brasileiro, bem como outras controvérsias que se estruturam no interior desta, especificamente a controvérsia da revolução brasileira. Percebe-se também uma série de particularidades como a influência teórica de diversas escolas de pensamento econômico, a defasagem temporal e teórica destas de influências, e a adaptação destas teorias para a análise da realidade brasileira e suas questões particulares, como o papel

do Estado no processo de desenvolvimento, e o “sentido” que assume a questão nacional são apenas dois exemplos destas idiossincrasias.

Na quarta e última é feito um esforço para definir o conceito de interpretação do Brasil como resultado de três movimentos essenciais, interpretação do processo histórico brasileiro em sua especificidade, análise da conjuntura sócio-histórica presente e proposta política de intervenção na realidade, o que permite que tais autores abordem o “presente como história”. Esse esforço de interpretação conflui para características destacadas como particulares do pensamento econômico brasileiro, como a adaptação conceitual e a formulação de conceitos para captar as particularidades da formação social brasileira. No caso particular de interpretações que abordam a história a partir do marxismo se estabelece uma relação necessária entre a interpretação do Brasil e teoria da revolução brasileira como momento de ação política, o que desloca os autores analisados para o interior da controvérsia da revolução brasileira.

Deste modo se espera garantir o rigor necessário para uma análise atenta das obras de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré que capte adequadamente a sua dimensão de interpretação do Brasil, e ao mesmo tempo seja capaz de dimensionar de forma adequada a contribuição de cada autor à controvérsia da revolução brasileira.

1.1 Materialismo histórico, intelectuais e classes sociais

O caminho que levou Marx a fundação do materialismo histórico é marcado por diversas controvérsias. Na primeira metade da década de quarenta do século XIX Marx era um jovem filósofo interessado em compreender o atraso político da Alemanha de sua época, então sufocada pelo absolutismo de Frederico Guilherme IV. Contrastando com essa situação no plano político, a filosofia alemã se apresentava como um sistema robusto e muito desenvolvido frente ao restante do pensamento europeu. O principal expoente da filosofia alemã nesse período é Friedrich Hegel, consagrado por seu desenvolvimento da dialética idealista. Na apreensão crítica e no esforço de reformulação deste sistema filosófico, bem como na vinculação da sua filosofia às “forças do progresso”, Marx via um meio de fazer com que seu país reencontrasse os rumos do desenvolvimento. Nesse caminho o filósofo alemão realizará algo inteiramente novo na história da filosofia: ao superar o idealismo hegeliano, e o

materialismo de Ludwig Feuerbach, Marx funda um método que busca os determinantes materiais das formas de representação políticas, ideológicas e artísticas.

O movimento realizado por Marx no sentido de elaborar o materialismo histórico é acompanhado por uma gradual mudança das suas posições políticas, partindo de um democratismo radical jacobino, até atingir a formulação do socialismo científico. Assim, diferente de abordagens que se colocam frente à realidade de maneira contemplativa, o materialismo histórico vê a prática política como uma dimensão necessária da reflexão filosófica. A necessidade da ação política coloca o foco da análise histórico-materialista no concreto. Em seu processo de formulação o método proposto pelo filósofo alemão passa por uma interpretação da Alemanha pré-revolucionária de meados da década de 40, onde começavam a se esboçar a conjuntura da revolução burguesa de 1848. No ensaio *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel – Introdução (1843)*, publicado nos Anais Franco-alemães, o autor busca um programa político para intervir na revolução alemã então em curso, isto é, um dos momentos do que mais adiante será definido como interpretação, é um elemento constitutivo do materialismo histórico.

Lenin (1913) organiza a gênese do pensamento de Marx pelo seu contato com três elementos constitutivos, que o autor chamou de “três fontes do marxismo”. A primeira delas seria a filosofia alemã, onde o autor realiza seu primeiro passo teórico ao assentar a lógica dialética de Hegel em bases materialistas, superando simultaneamente Hegel e Feuerbach. É importante ter em mente que o materialismo histórico não se apresenta como um ecletismo que combina o que há de melhor na dialética hegeliana e no materialismo de Feuerbach, e sim como uma síntese que elimina, conserva, e eleva a um patamar qualitativamente superior elementos do pensamento de ambos os autores. Ou seja, o materialismo histórico consiste em uma superação dialética dos resultados mais recentes da filosofia alemã. É justamente isso que permite que Marx inicie o desenvolvimento de algo inteiramente novo no interior deste sistema filosófico.

A partir desse primeiro passo dado no plano da filosofia alemã, o autor agrega outras duas fontes de fundamental importância para a formulação do materialismo histórico de forma bem acabada: O Socialismo francês e a Economia Política inglesa. Através do socialismo francês Marx obteve elementos para superar o seu jacobinismo e suas posições democráticas radicais e se colocar sob a perspectiva de classe do proletariado. Através de um estudo crítico e detalhista da Economia Política inglesa “...o autor alemão dá corpo, no campo das ideias, a sua percepção, já constituída por meio da

prática política, do papel central que a categoria trabalho tem no entendimento da sociedade capitalista...”(Malta , 2005, p.2). Desta fonte, que Marx destacou como uma das mais notórias contribuições da ciência burguesa, viriam os elementos fundamentais para explicar as bases materiais sobre as quais assentava a sua lógica dialética, permitindo ao autor descrever com precisão o movimento dialético da matéria, princípio explicativo a partir do qual deveria ser compreendida a totalidade social.

Embora o método seja um dos traços mais marcantes da contribuição de Marx, poucas vezes ao longo de sua obra o autor se deteve especificamente sobre a questão metodológica. Um desses momentos é o prefácio que escreve para sua *Contribuição à Crítica da Economia Política (1861)*. Neste trabalho, que serviu como preparação para as análises contidas em *O Capital (1867)*, o autor dá prosseguimento a uma análise crítica de economia política através da aplicação da dialética materialista às categorias da economia política clássica. Nesse prefácio, a partir de uma recuperação do caminho que o levou a formação do seu pensamento, Marx expõe de forma precisa o *modus operandi* de seu método:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência os homens entram em situações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (Marx, 1859, p. 45)

O materialismo histórico consiste em buscar nas bases materiais da vida humana, ou seja, na estrutura econômica, os determinantes das formas de consciência política, jurídica, artística e ideológica, a superestrutura. Estes dois polos, estrutura e superestrutura, estão ligados por uma relação lógica dialética. Como consequência as determinações postas da estrutura para a superestrutura podem eventualmente tomar força material e transformar a realidade, ou seja, há uma intervenção das formas de consciência social nas próprias bases materiais a partir das quais estas se constituem. Ao interpretar o materialismo histórico com o enfoque da lógica formal muitos recaíram no

determinismo econômico de viés positivista, como é o caso de autores do período da II internacional, e majoritariamente da terceira III internacional. É exatamente o seu viés positivista que explica a “acomodação” do marxismo ao autoritarismo stalinista, o que confere caráter burguês dessa leitura da obra de Marx.

Entendido de forma geral o *modus operandi* do materialismo histórico cabe perguntar qual o tratamento dado por tal método às questões referentes à ideologia, e em particular ao pensamento social. Para o filósofo alemão o pensamento social, como as demais formas superestruturais, se encontra condicionada pela base material. A produção deste conhecimento está, portanto, vinculada ao processo de reprodução da vida material, ou seja, todo conhecimento deve ser entendido como algo inserido na totalidade das relações de produção da época em que é produzido. Desta forma todo conhecimento encontra-se ligado, ainda que de forma mediada, ao processo de produção de mercadorias em geral. No seio deste processo se encontram classes sociais e frações de classe em luta. A principal questão nesse sentido envolve a relação dos intelectuais com as classes sociais, através da adesão consciente, ou inconsciente, pela negação direta ou indireta do caráter de classe, a uma classe social. É como intelectual orgânico de uma classe, e através dessa classe, que se estabelece a relação do intelectual com a luta de classes.

Entretanto, se há um vínculo necessário entre intelectual, classe social e luta de classes, cabe entrar brevemente nas questões referentes à adesão do intelectual a determinada classe social. Ao mesmo tempo em que o marxismo reivindica uma relação entre sua teoria e a classe trabalhadora (relação essa não necessária), sua origem de classe, ou seja, a origem de classe de Marx não é proletária, mas fundamentalmente pequeno-burguesa. Isso também pode ser estendido sem dificuldade para Caio Prado e Sodré, que possuem origem de classe burguesa, e partir da ruptura com sua classe de origem, aderem teoricamente ao proletariado. Por outro lado, não menos comuns são os casos de intelectuais que tem sua origem de classe nas camadas mais baixas da sociedade e representam o pensamento conservador das classes dominantes. Assim, deve se entender o que faz do autor o intelectual orgânico de uma classe. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (1852)*, Marx em aborda de forma clara esse ponto:

Tampouco se deve imaginar que os representantes democratas eram todos shopkeepers [lojistas] ou se seus defensores entusiásticos. Por sua formação e situação individual, mundos podem estar separando os

dois. O que transforma em representante do pequeno-burguês é o fato de não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que este não consegue ultrapassar na vida real e, em consequência, serem impelidos teoricamente para as mesmas tarefas e soluções para as quais ele é impelido na prática pelo interesse material e pela condição social. Esta é, em termo gerais, a relação entre os representantes político e literários de uma classe e a classe que representam. (Marx, (1852) 2011, p. 64)

Através dos limites da sua reflexão, e das práticas que essa reflexão necessariamente impele, pode se determinar o caráter de classe de determinado teórico ou teoria. Entretanto, como mencionado anteriormente, é importante ter em vista o caráter dialético da lógica em que se articulam tais elementos. Justamente este caráter que permite que se supere uma concepção materialista vulgar da relação entre intelectuais e classes sociais, na qual a produção do intelectual é mero reflexo mecânico das condições materiais em que se encontra. A lógica dialética do materialismo de Marx permite que, quando aplicado à análise da história do pensamento econômico, haja espaço para possíveis rupturas entre intelectual e sua classe social de origem.

No caso da evolução teórica e política de Marx, essa ruptura ocorre através da sua experiência jornalística como redator chefe da Gazeta Renana. A ausência de uma oposição combativa à censura imposta por Frederico Guilherme IV por parte dos jornais pequeno-burgueses, e o pedido de uma mudança no sentido de recuar a linha política do jornal, fez com que Marx percebesse a inaptidão da burguesia para levar a cabo as tarefas democrático-radicalis do seu jacobinismo no contexto de revolução alemã. Isso motiva o autor a procurar aliados mais radicais, caminho que o conduz à classe operária e a consequente formulação do materialismo histórico.

Definido de modo geral o método materialista-histórico, e explorados alguns desdobramentos diretos deste método no que diz respeito à produção do conhecimento, principalmente seu caráter socialmente condicionado e de classe, é necessário então estabelecer algumas mediações para aplicar este método à história das ideias, em especial a história do pensamento econômico brasileiro, onde se encontram a obras de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré.

1.2 A História do Pensamento Econômico como questão: abordagem através das controvérsias e a categoria metodológica da práxis.

Exposta de modo breve a proposta metodológica de Marx, se operará nesta seção no sentido de desenvolver mediações para sua aplicação à análise da história do pensamento econômico. Em primeiro lugar cabe fazer algumas colocações sobre a visão de história do pensamento econômico tradicional, de aporte positivista, para, a partir de uma crítica dessa perspectiva, situar a proposta metodológica adotada neste trabalho de forma mais ampla no debate das ciências sociais.

O debate epistemológico das ciências econômicas se encontra hegemonizada pelo paradigma positivista. Suas origens históricas remetem a pensadores como Condorcet, Saint Simon e Auguste Comte, e grande parte do seu desenvolvimento se baseia na reelaboração dos resultados do racionalismo cartesiano, aplicando esta reelaboração às ciências sociais. Desta forma, a linguagem matemática como forma de expressão figura como característica marcante do positivismo. A *mathesis universalis* é a forma de apreensão racional e universal de qualquer objeto a ser estudado. No léxico do positivismo, formalização e rigor matemático são entendidos como sinônimos. As demonstrações matemáticas, além de atestarem a cientificidade do conhecimento produzido, servem para balizar acertos, incorporados ao cabedal de conhecimento em estoque, e erros, que devem ser sumariamente rejeitados.

“A sua hipótese fundamental é de que a sociedade humana é regulada por leis que têm todas as características das leis naturais, invariáveis, tal como a lei da gravidade ou do movimento da terra em torno do sol”(Lowy, 1985, p. 35). Dessa analogia se deduz que as leis que regem a sociedade são leis estáticas e imutáveis. Nesse sentido, ao se expressar como um reflexo do naturalismo nas ciências sociais, o positivismo desconsidera que as condições de reprodução da sociedade humana sejam fruto da atividade laboral dos homens, e negam o caráter transformador desta atividade sobre as suas próprias condições de vida. Mais que isso, o fato da sociedade capitalista ser regida por leis estáticas naturaliza e toma como insuperável tal modo de produção. Portanto o positivismo postula de modo absurdo que os homens são incapazes de alterar as leis que regem a própria sociedade que constroem.

“Dessa primeira hipótese decorre uma conclusão epistemológica, de que os métodos e procedimentos para conhecer a sociedade são exatamente os mesmos que são utilizados para conhecer a natureza...”(Lowy, 1985, p.36). Como desdobramento o

cientista social, de acordo com o positivismo, consegue obter o mesmo distanciamento do seu objeto de estudo que o cientista natural. Isto “*Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo*” (Lowy, 1985, p.36)

Ao contrário do que postula o positivismo, o que se verifica é uma relação de tensão entre sujeito e objeto nas ciências sociais. Nas ciências da natureza, apesar de estar em contato com o objeto de estudo através de diversas mediações, o pesquisador se encontra objetivamente afastado do seu objeto de estudo. Isso permite que se possa afirmar, em alguma medida, a neutralidade dos resultados obtidos, e sua relativa liberdade mediante visões de mundo e classes sociais. Já no campo das ciências sociais, esta separação se torna impraticável. Ao tentar analisar determinado aspecto da vida social e econômica o cientista social se depara com uma contradição insuperável, na medida em que este na qualidade de indivíduo é parte integrante da totalidade social. Ou seja, apesar de postular esta neutralidade, devido à suposta semelhança de objetos de estudo, esta relação é extremamente questionável.

Do ponto de vista do positivismo, a produção do conhecimento ocorre de forma linear e sem rupturas. O critério de verificação matemático adotado estabelece uma regra que permite compilar os resultados corretos e descartar os resultados incorretos. Devido à imutabilidade das leis da sociedade os resultados corretos são tomados como definitivos e inquestionáveis. Neste esquema, a ponta da produção do conhecimento é o depositário de todos os resultados verdadeiros obtidos naquela área do conhecimento, o chamado *mainstream* de determinada ciência. A partir dessa abordagem toda e qualquer história da ciência não passa de mera inserção dos acertos matematicamente deduzidos ao longo do tempo. A história de determinada ciência não traz nenhum esclarecimento sobre a produção de conhecimento no presente ou sobre o estado atual daquela ciência. É claro que essas considerações são integralmente válidas no caso do pensamento econômico.

Esta perspectiva positivista tem a pretensão de fazer tábula rasa da história, tornando-a desnecessária, supérflua, ou ainda apenas objeto de curiosidade intelectual, a inserção das contribuições teóricas no tempo. O que importa neste caso é o atual estágio analítico, fiel

depositário acumulado dos resultados analíticos recentes. (Ganem, 2011, p.55).

Se é verdadeiro que o marxismo é um historicismo integral, como bem definiu o pensador italiano Antônio Gramsci, um método para história do pensamento econômico que toma como base o materialismo histórico não pode “fazer tábula rasa da história”. A negação da dimensão histórica na análise dos sistemas de ideias faz com que o positivismo trate esta esfera como um construto ideal completamente descolado do concreto, algo que é cronologicamente inserido na história, mas sem nenhuma correspondência com a história da humanidade em sua condição de totalidade. Essa tentativa de leitura a-histórica do pensamento social, e em particular da história do pensamento econômico, faz com que esta ciência não reconheça o seu caráter de classe burguês, e associe seu crescente grau de matematização ao expurgo de toda e qualquer manifestação ideológica, ou nos seus termos, a constituição de um núcleo duro científico.

Do ponto de vista da história pensamento econômico tal perspectiva reconhece somente uma linha evolutiva contínua entre Adam Smith e o grau de desenvolvimento teórico do *mainstream*. Esta leitura impõe uma relação de superação lógica entre os conceitos que partem de formulações primitivas para conceitos mais elaborados, e portando abre mão da noção de ruptura (SILVA, 2012).

Para fugir deste reducionismo da epistemologia positivista e construir um método capaz de historicizar os resultados do pensamento econômico é preciso partir da noção de controvérsia. Implícitos nesse referencial teórico estão a abordagem histórica dos problemas da história do pensamento econômico e a noção de ruptura teórica. Esta ruptura, por sua vez, ao contrário da linha contínua estabelecida na primeira abordagem, não possui um sentido de superação lógica. A noção de controvérsia difere da perspectiva positivista no tratamento dado aos resultados equivocados, que passam a ser essenciais para reconstrução da história do pensamento econômico. O foco no debate concreto, em detrimento de uma análise que avalia a história do pensamento a partir do seu encadeamento ideal, torna necessário a recuperar as principais elaborações sobre o objeto em análise. Como resultado é possível dimensionar a contribuição de cada autor para obtenção do resultado final.

A reconstituição do debate também passa pela mediação de fatos econômicos e sociais que levam determinada conclusão. O mesmo procede com resultados tidos como corretos ou incorretos, de modo que este referencial analítico não está preocupado em

sumariar erros e acertos, mas compreender o caráter socialmente condicionado da produção do conhecimento. Outro ponto que é incorporado à abordagem é a provisoriedade dos resultados obtidos. Esta questão está intimamente ligada com a forma como se compreende as leis que regem o funcionamento da sociedade.

Da perspectiva que naturaliza as leis da sociedade e as atribui caráter imutável está ligada a noção de um conhecimento permanente e igualmente imutável, como a maioria dos resultados originados nas ciências naturais. Por outro lado, se qualificadas as leis que regem o funcionamento da sociedade como resultado da própria ação humana e, portanto, como passíveis de transformação por esta ação, há espaço para se pensar na provisoriedade dos resultados obtidos. Essa noção é fundamental para se compreender a dinâmica do pensamento econômico no interior do método de controvérsias.

Para realizar uma análise da história do pensamento econômico a partir das controvérsias é preciso realizar um “duplo movimento”. O primeiro passo é uma análise das origens históricas e o posterior desenvolvimento econômico da totalidade social em que determinado debate se realiza. Este procedimento permite ter uma noção clara das bases materiais sobre as quais se estruturam a produção do conhecimento, ou seja, permite compreender o grau de desenvolvimento das forças produtivas, suas respectivas relações sociais de produção, bem como as classes sociais envolvidas no conflituoso processo de produção e reprodução destas condições. Assim se pode dimensionar o caráter socialmente condicionado da produção do conhecimento.

O segundo aspecto a ser levado em consideração, para a formulação de uma história do pensamento econômico crítica, é a história das ideias. O estudo da história das ideias permite a análise dos condicionantes próprios da esfera das ideias que determinam a produção do conhecimento. Estes condicionantes podem se apresentar das mais variadas formas, como, por exemplo, a forma de exposição, a linguagem corrente no debate da ciência e outros determinantes internos a esta esfera. Ao analisar a história das ideias a partir deste ponto focal se confere autonomia relativa à esfera das ideias.

Ao realizar este duplo movimento, conjugando história econômica e social e história das ideias, é possível obter a partir da primeira um campo de referência maior sobre o qual se inscrevem as ideias. Entretanto, apesar de inscritas sobre este campo de referência, as ideias de uma determinada época não se encontram inteiramente determinadas pela base material. Nesse sentido é preciso ter cuidado para, por um lado fugir do idealismo reinante na leitura positivista, e por outro para não incorrer em erros

de viés economicista. Através do conceito de autonomia relativa da esfera das ideias, podemos compreender a história do pensamento econômico como “*um jogo vivo de saberes, um manancial fértil para novas hipóteses propositoras, enfim, um campo inesgotável de investigação*” (Ganem, 2011, p.55), e superar dialeticamente a contradição entre idealismo e materialismo na historiografia das ideias. Michel Lowy coloca esta questão da seguinte maneira:

Entretanto, a análise em termos de condicionamento será demasiado esquemática se não introduzirmos outro elemento: a autonomia parcial da esfera das ideias; pois se é verdade que as categorias fundamentais de uma obra podem ser socialmente condicionadas, não podemos deixar de observar que o desenvolvimento do pensamento obedece a um conjunto de exigências internas de sistematização, coerência, racionalidade etc. Com muita frequência, é absolutamente inútil procurar as “bases econômicas” de todo conteúdo de uma obra; a origem desse conteúdo deve ser procurada também nas regras específicas de continuidade e desenvolvimento da história das ideias, nas exigências de lógica interna da obra ou mesmo nos traços específicos do pensador como indivíduo. Esse conceito de autonomia parcial nos permite superar a eterna polêmica entre história idealista do pensamento, em que os sistemas de ideias são completamente separados das contingências históricas e flutuam livres no céu puro do absoluto, e o “economicismo” mecânico, que reduz todo o universo do pensamento a um reflexo imediato da base econômico-social (Lowy (1938), 2012, p.34)

Outro ponto relevante que demarca uma diferença fundamental entre o método de controvérsias e a abordagem positivista diz respeito à neutralidade ou não da produção do conhecimento. Já foi visto que o positivismo ao negar o caráter socialmente condicionado da produção do conhecimento trata este como uma construção ideal, algo meramente especulativo. Isso faz com que determinado resultado teórico não possua nenhum desdobramento necessário em termos de prática material, se afirmando a neutralidade do conhecimento produzido. Assim, se estabelece uma separação entre produção de conhecimento e posições políticas e ideológicas, que faz com que determinadas abordagens de viés positivista tentem separar a ciência e a “ideologia” produzida por determinado autor. A abordagem proposta por Schumpeter ([1955] 1964) para a história do pensamento econômico e a tentativa dos marxistas analíticos, de extrair o núcleo científico de Marx, servem como exemplos de abordagens que operam nesse sentido.

Esta contradição idealista entre ciência e ideologia se encontra dialeticamente superada pela categoria marxista da práxis. Como exposto na primeira parte deste capítulo, o materialismo histórico não se coloca de forma passiva diante da realidade, o que torna a atividade política um momento necessário da reflexão filosófica. Ao invés de descartar esse momento supostamente ideológico como algo irrelevante para o pensamento social, a análise a partir da categoria da práxis busca nesse momento elementos que ajudem a compreender a reflexão de determinado autor ou a forma como se estrutura determinada controvérsia. Assim não se pode entender o democratismo radical do jovem Marx sem sua síntese filosófica hegeliana de esquerda, ou o materialismo histórico sem o socialismo científico. Do mesmo modo não se pode compreender a obra de Caio Prado Jr. ou de Nelson Werneck Sodré sem levar em conta a sua participação política no PCB. Assim, para uma análise dialético materialista de uma obra é necessário *“Não separar de maneira artificial, na análise do conteúdo da obra, os juízos de fato dos juízos de valor, a ciência da  tica; a categoria marxista da práxis   precisamente a supera o dialética dessas contradi es...”* (Lowy (1938), 2012, p.34)

Devido   característica já mencionada da necessária unidade entre a o política e reflexão filosófica no materialismo histórico este método   usualmente chamado de filosofia da práxis. Ao avaliar a história do pensamento tomando por base o materialismo histórico   possível constatar o caráter enriquecedor da atividade prática para a compreensão do sentido de determinada obra. Portanto, esta abordagem supera a formula o convencional da história do pensamento econ mico, que ao negar esta dimensão da reflexão empobrece e tolhe seu objeto de análise. Com este conceito se encerra o objetivo específico desta se o.

Nessa se o se expôs no es essenciais para o presente trabalho, como o conceito de controvérsia e a categoria da práxis. A no o de controvérsia, ao realizar o duplo movimento elucidado, representa uma adapta o satisfatória do método de Marx   história do pensamento econ mico. Ao mesmo tempo em que permite apurar a fundamenta o material da teoria econ mica, o método de controvérsia confere autonomia relativa   esfera das ideias, categoria de extrema importância que está implícita a no o de controvérsia. Por último, a categoria metodológica da práxis prepara terreno para compreender a dimensão prática da interpreta o de cada autor no âmbito da controvérsia da revolu o brasileira, fundamentalmente a rela o tanto de Caio Prado, como de Nelson Werneck Sodré com PCB.

1.3 Elementos para uma história do pensamento econômico brasileiro

Exposto o fundamental do método de Marx e realizado um esforço no sentido de elaborar um método adequado para pensar a história do pensamento econômico, cabe aplicar este método ao pensamento econômico brasileiro. Esta aplicação provém um instrumental teórico suficiente para analisar as obras de Caio Prado e Nelson Werneck Sodré, além de permitir situar estes autores na totalidade do pensamento econômico brasileiro.

A necessidade de pensar uma história do pensamento econômico brasileiro não   recente, e esta temática já figura em uma série de trabalhos. Deste modo, este trabalho se encontra em um amplo debate sobre o assunto, que, portanto, deve ser mencionado para que se possa estabelecer uma rela o entre este e o restante da produ o teórica.

Dentre a produ o de trabalhos sobre história do pensamento econômico brasileiro pode-se destacar três grupos de trabalhos. O primeiro grupo   composto por trabalhos que tratam especificamente de autores, diz respeito principalmente a publica es sobre Roberto Simonsen, Celso Furtado e Caio Prado Jr. Um segundo grupo de trabalhos, de menor monta, trata de questões pontuais, como reforma agrária e a importância do intelectual do debate econômico. O terceiro grupo de trabalhos realiza uma abordagem mais global e tenta produzir argumentos que justifiquem a existência de uma HPE propriamente brasileira.

Dentre estes trabalhos deve-se dar destaque aos trabalhos de Mantega (1984), em *A economia política brasileira* e Bielschowsky (1988) em *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. De acordo com Malta et. ali (2011):

Nestas obras, o projeto de sistematiza o de uma HPEB aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando cortes analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os trabalhos temáticos, os autores referidos preparam sua pesquisa para desvendar a estrutura da HPEB e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento (Malta et alli., 2011, . p. 26)

A despeito dos trabalhos abordarem o pensamento econômico brasileiro por métodos distintos, ambos possuem um mesmo ponto de convergência: identificam a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como organizadores do debate econômico realizado no Brasil.

Mantega (1984), influenciado por um referencial teórico de origem marxista, organiza a história do pensamento econômico brasileiro a partir de sistemas de economia política. Para o autor a publicação de *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado marca a primeira publicação capaz de organizar de forma totalizante questões referentes à dinâmica da economia brasileira que eram pensadas em separado. Para o autor a controvérsia entre liberais agraristas, representados por Eugênio Gudín, e desenvolvimentistas industrialistas, representado pela figura de Roberto Simonsen, construiu as linhas mestras do debate. Somada a esta controvérsia original, fundante para a história do pensamento econômico brasileiro enquanto objeto, estão as formulações do PCB, que entendiam o subdesenvolvimento como resultante da divisão internacional do trabalho.

Estas três influências dão origem ao que Mantega (1984) chamou de economia política brasileira, entendida pelo autor como o lado não ortodoxo da produção teórica do período. Esse sistema principal daria origem, em meados da década de 60 a três modelos de pensamento para o desenvolvimento do caso brasileiro: o modelo de substituição de importações formulado pela CEPAL, o modelo democrático burguês formulado pelo PCB e ISEB, e o modelo de subdesenvolvimento capitalista dos teóricos da dependência, que teria surgido como uma crítica dos dois modelos anteriores, incorporando a noção de Trotsky de revolução permanente. Além desta última, a teoria da dependência também é fortemente influenciada pela interpretação que Caio Prado Jr. faz da realidade brasileira.

Bielschowsky (1988) parte de um referencial teórico distinto do de Mantega (1984) utilizando a noção de ciclo ideológico formulada por Schumpeter ([1955] 1964). Para o economista austríaco há uma distinção entre história do pensamento econômico e história da análise econômica. Na primeira noção estão incluídos os sistemas de economia política, onde se concentram todas as formulações a respeito economia e a qualquer assunto que diga respeito à esfera econômica. Já a história da análise econômica diz respeito à evolução dos modelos analíticos que servem de base à teoria econômica, buscando compreender esta evolução dos modelos econômicos nos termos de seus encadeamentos internos. As noções propostas por Schumpeter em seu A

História da Análise Econômica, são claramente positivistas e se enquadram na crítica desenvolvida na seção anterior. Ao centrar seu estudo no encadeamento interno do desenvolvimento das ideias econômicas o autor realiza uma análise desta esfera descolada de sua base material, ou seja, toma a evolução dos modelos analíticos ou dos sistemas de economia política sem levar em consideração a mediação dos fatos sociais e políticos.

Porém, o caminho utilizado por Bielschowsky para construir sua teoria é diferente daquele proposto por Schumpeter. Para o autor de *Pensamento Econômico Brasileiro*, seu estudo não deve se centrar nos modelos analíticos, mas sim a produção intelectual que toma a economia brasileira como objeto, em outras palavras, no conceito mais amplo dos modelos de economia política. Esta opção leva em consideração que grande parte da produção realizada no período não possui nenhum compromisso estritamente acadêmico, tendo sua origem no rico debate realizado na década de 30 sobre as questões do desenvolvimento, e ganhando corpo na sociedade civil durante o interregno democrático que se estende de 1945 a 1964, período marcado por grande ebulição política e social. Assim o autor pretende em parte organizar a história do pensamento econômico de acordo com o sentido dado por Schumpeter, e ao mesmo tempo indica o caráter analítico de toda reflexão econômica, embora esse não seja o seu foco. Bielschowsky toma por objetivo a necessidade de sistematizar os argumentos aplicados ao processo econômico.

Para isso o autor introduz em sua análise a noção de ciclos ideológicos. Ao invés de organizar o pensamento econômico em diversos modelos de economia política como Mantega (1984), Bielschowsky conclui que há um princípio normativo que unifica todo o pensamento do período, a mencionada questão do desenvolvimento econômico. O desenvolvimentismo é definido por Bielschowsky como um “*projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento, e decidido apoio do Estado*”. O grande sistema desenvolvimentista se divide, por sua vez, em cinco correntes de pensamento: neoliberalismo, desenvolvimentismo via setor privado, desenvolvimentismo via setor público nacionalista, desenvolvimentismo via setor privado não nacionalista, e socialismo. Estas correntes são definidas por intermédio de seus projetos econômicos, tomando como referência o conceito de desenvolvimento.

Os socialistas, em especial, foram entendidos como parte integrante deste ciclo ideológico por compartilharem com as demais correntes alguns elementos básicos. No

entanto, devido ao carácter histórico-materialista das suas formulações estes autores consideravam que a questão do desenvolvimento económico, em outras palavras, a superação do subdesenvolvimento, estava subsumida a questão da revolução social. Assim como a teoria da revolução aparece como um elemento unificador das três fontes que constituem o materialismo histórico, a teoria da revolução brasileira figura como articuladora da solução dos problemas nacionais e coloca como meio para sua solução a construção da sociedade socialista.

A despeito de formulações contundentes e de propostas efetivas para a transformação nacional a partir de um projeto alternativo a sociedade capitalista, esta corrente de pensamento nunca tomou o poder para levar a cabo o seu projeto transformador. Isso faz com que Bielschowsky coloque esta corrente a reboque do debate desenvolvimentista. Nesse sentido, apesar da contribuição à construção do debate desenvolvimentista, e da sua relação simbiótica com essa ideologia, nunca se verificou em termos práticos a manifestação de uma política de “desenvolvimentismo socialista”.

Se colocando de acordo com Bielschowsky (1988) e Mantega (1984) o presente trabalho também adota a centralidade da noção de desenvolvimentismo no pensamento económico brasileiro, considerando esta como fundante de um debate económico direcionado as questões nacionais. Porém, ao invés de se orientar pela perspectiva schumpeteriana do primeiro, ou da necessidade de organizar em termos de escolas de pensamento a produção da teoria económica brasileira de Mantega, coloca-se como organizador do pensamento económico brasileiro o conceito de ruptura teórica, exposto na seção anterior.

Esta noção levanta o fato de que o pensamento económico se desenvolve sob a disputa de diferentes visões de mundo, que se descortinam em concepções analíticas diversas sobre o funcionamento da economia. Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem no tempo. Tais rupturas não implicam qualquer superação em termos lógicos. Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria económica, a contribuição da HPE crítica está, fundamentalmente, em desmistificar a ideia de que a história do pensamento seria essencialmente uma avenida de mão única, partindo de conceitos primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. (Malta et. al. 2011, p.32)

Se opondo à perspectiva positivista que enxerga a produção de conhecimento como linear e isenta de rupturas, e evolucionista, no sentido de colocar a fronteira do conhecimento como seu estágio mais avançado de desenvolvimento, e que, portanto, comporta todos os resultados anteriormente formulados, o presente trabalho toma a noção de ruptura como ponto focal para compreender o pensamento econômico brasileiro. Historicizando a produção da teoria econômica a partir do duplo movimento é possível verificar como essas rupturas são levadas a cabo, e propor uma organização para o pensamento econômico brasileiro. As ideias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes.

A partir da noção de ciclo ideológico exposta por Bielschowsky é possível elaborar uma periodização para abordar o pensamento econômico brasileiro. O autor compreende o período que se estende da década de 30 até meados da década de 80 como a era desenvolvimentista. Esta era por sua vez se divide em dois ciclos, um primeiro ciclo original que se estende de 30 ao golpe de 64, e outro ciclo classificado como desenvolvimentista autoritário.

A periodização que aqui utilizamos para descrever o movimento das ideias sobre desenvolvimento econômico no Brasil consiste em três grandes fases, por sua vez compostas de subperíodos. As duas primeiras fases pertencem ao que pode denominar de “era desenvolvimentista”, que se estende aproximadamente de 1930 a 1980. Nesses cinquenta anos, o pensamento desenvolvimentista descreveu dois ciclos, um que vai até 1964 – o “ciclo original” – e outro que vai até 1980 – o “ciclo desenvolvimentista autoritário”. (Bielschowsky e Mussi, 2005)

Nesse período vigora o que Bielschowsky chama de convenção do crescimento. Durante esses anos o crescimento econômico é tomado como prioridade da agenda econômica nacional, sendo visto como meio pelo qual deveriam ser solucionados os problemas brasileiros. A partir da década de 80, após dois choques do petróleo em 73 e 79, e a mudança na condução da política monetária americana realizada por Paul Volker através da elevação da taxa básica de juros do FED, se verificam transformações na conjuntura internacional, que através de seus efeitos sobre os países periféricos, tratam de erodir gradualmente a convenção do crescimento.

A década de 80 é marcada pela ascensão do neoliberalismo e pela gradual reestruturação da divisão internacional do trabalho. Do ponto de vista das economias

subdesenvolvidas, em especial da economia brasileira, se abre um ciclo de pouco dinamismo econômico e explosão do endividamento externo resultante da estratégia de desenvolvimento adotado pelo governo militar. A partir das condicionalidades dos empréstimos adquiridos junto ao FMI se tem a imposição da política econômica neoliberal, o que constitui a era da instabilidade macroeconômica inibidora do crescimento. Esses elementos consolidam a convenção da estabilidade inibidora de crescimento em detrimento da convenção do crescimento. Nesse processo a solidez da convenção do crescimento se “desmancha no ar” de uma atmosfera dominada por ares neoliberais.

O presente trabalho adota esta perspectiva elaborada por Bielschowsky e Mussi (2005), porém procura unificar estes dois ciclos que compõem a era desenvolvimentista em um único ciclo. A ideia é imputar à noção de ciclo ideológico o conceito de decadência ideológica. Mediando a produção do conhecimento com os processos políticos e sociais da formação brasileira, é possível identificar a ideologia desenvolvimentista com o processo de consolidação, auge e declínio da burguesia industrial. Assim, seria exatamente o ano de 1964 que marca o auge do desenvolvimentismo, se iniciando a partir daí o seu processo de decadência. Portanto, o período da “Era desenvolvimentista” comporta na verdade o auge e o declínio da ideologia desenvolvimentista. Este movimento é condicionado pela história econômico-social, e levada em consideração sua autonomia relativa, pode ser explicado pelo movimento dialético da matéria enquanto princípio explicativo holístico.

A perspectiva de ciclo ideológico adotada permite compreender a centralidade do desenvolvimentismo no pensamento econômico brasileiro na sua condição de controvérsia, e enquanto debate fundador da HPEB, como a “controvérsia original” deste pensamento econômico. Subordinadas a estas controvérsias podem se estruturar três debates que perpassam a HPEB, são eles: a controvérsia da distribuição de renda, a controvérsia da estagnação e a controvérsia da revolução brasileira. Apesar do objeto de análise deste trabalho estar localizado no interior da controvérsia da revolução brasileira, esta visão de conjunto é necessária na medida em que o mapa das controvérsias de um período é repleto de interrelações temáticas e temporais.

Identificado este grande ciclo ideológico cabe indagar quais são os principais elementos constitutivos da ideologia desenvolvimentista, ou em outras palavras, quais são as principais matrizes teóricas através das quais se estrutura o pensamento econômico brasileiro. Cabe também observar como reagem tais elementos estruturantes

sobre a realidade e a intelectualidade brasileira, o que confere caráter único à HPEB como objeto de estudo. Essas particularidades podem ser brevemente elencadas: interdisciplinaridade, a pluralidade de matrizes teóricas, a defasagem temporal e teórica dessas influências, a adaptação dessas às especificidades da realidade brasileira e a elaboração de novos conceitos para dar conta das idiosincrasias da formação social. A condição de economia periférica coloca o significado especial da questão nacional e do papel do Estado.

Assim como a história da formação social brasileira se encontra inscrita no desenvolvimento do capitalismo nas economias centrais, o pensamento econômico brasileiro parte de um instrumental teórico desenvolvido para a compreensão dessas economias. A HPEB, portanto, se inscreve no quadro das teorias formuladas para a compreensão do capitalismo maduro nos países centrais. As diferenças entre as realidades das economias centrais e subdesenvolvidas colocam para os autores periféricos questões necessariamente diferentes daquelas postas nas economias centrais. Exemplos disso são a necessidade de superar da condição subordinada na divisão internacional do trabalho e as demais mazelas dos países subdesenvolvidos.

O estado de desenvolvimento do pensamento econômico nos países centrais no século XX é marcado por uma variedade de escolas de pensamento e ecletismos entre estas escolas. Das abordagens que centram suas análises no escopo da economia política clássica, como os marxistas, até aqueles que centrando sua análise somente no mercado e na crença na existência de uma mão invisível, passando por keynesianos, kaleckianos e sraffianos, há uma multiplicidade de matrizes teóricas. A partir da influência desse rico e variado cabedal de reflexões sobre a realidade econômica é que se estrutura a HPEB.

Ao pensar esta realidade a partir daquela teoria os autores acabam por adaptar conceitos para a análise das especificidades brasileiras, e inevitavelmente formulam conceitos novos para dar cabo dessas particularidades. Essa mediação entre teoria formulada no centro e a formação social brasileira como objeto de estudo relaciona de forma íntima pensamento econômico brasileiro e interpretação do Brasil. A tese do “sentido da colonização” de Caio Prado Jr. e a “regressão feudal” de Nelson Werneck Sodré, longe de replicações diretas e esquemáticas do marxismo produzido no centro, são exemplos desse esforço de adaptação. Nesse sentido, *“Pensar a HPEB  , portanto, partir dessas reflexões acumuladas no centro para tecer num processo de conjunto as particularidades e identificações que nossa história econômica/social/cultural dependente e associada exigiu”* (Ganem, 2011, p.59)

Essa adaptação conceitual resulta também da defasagem teórica que se encontravam os pensadores periféricos em relação à reflexão sobre o capitalismo maduro das economias centrais. Diante das especificidades postas pelo objeto de estudo esta defasagem fez com que o vício se constituísse em uma virtude. Assim, a teoria econômica aqui construída toma como base a teoria elaborada no centro para conceber ideias completamente originais. Na adaptação necessária à análise do objeto de estudo a que se propõe o pensamento econômico brasileiro se apropria também de análises realizadas em outras áreas das ciências sociais, como, por exemplo, a ciência política para compreender as questões relativas ao papel do estado no processo de industrialização, e a sociologia para compreensão de questões da realidade social que exorbitam a análise econômica. Assim, a adaptação conceitual leva a cabo também o caráter interdisciplinar do pensamento econômico brasileiro.

Um último aspecto que deve ser destacado, e que também serve como articulador entre o pensamento econômico brasileiro e a noção de interpretação é o significado do nacional no processo de construção das nações periféricas. A formação dos Estados nacionais nos países centrais está identificada diretamente com a formação de uma nacionalidade. A figura do príncipe encarna as condições para que o Estado moderno se constitua, e esse por sua vez realize a nação e, mais importante, o mercado nacional. Nesse processo são geradas as condições necessárias para a acumulação de capital. É claro tal processo é marcado por impasses, porém sua ocorrência permite a consolidação da nacionalidade mais ou menos acabada. Nos países periféricos, devido a sua origem colonial, não se verifica a via clássica de consolidação do Estado moderno, o que faz com que a questão nacional esteja intimamente ligada ao desenvolvimento econômico.

Já o “nacional”, nas nossas circunstâncias históricas, vem articulado – em sua forma mais madura – a uma ideologia nacional-desenvolvimentista, alavanca de um processo de industrialização no quadro de um capitalismo constituído. Isto vai exigir, por força da história, um Estado que intervenha deliberadamente no plano econômico e social e que assuma a responsabilidade na condição de políticas voltadas para a superação do atraso e da pobreza. (Ganem, 2011, p.61).

Elencadas e desenvolvidas as características gerais que legitimam a HPEB enquanto objeto de estudo, partindo da centralidade da temática do desenvolvimento, até outras características de segundo plano, como, a multidisciplinariedade, adaptação

conceitual, o significado da questão nacional e o papel do Estado, nesta seção foi traçado um mapa geral das controvérsias constitutivas de tal pensamento. A partir desses elementos cabe discutir a relação entre interpretação do Brasil e pensamento econômico no interior da controvérsia da revolução brasileira, bem como algumas características que justificam a escolha do debate entre Prado e Sodré como objeto de estudo.

1.4 Interpretações Marxistas do Brasil e a Controvérsia da Revolução Brasileira

Ao se debruçar sobre a realidade brasileira na tentativa de compreender determinados aspectos de sua formação, não foram poucos os autores que depararam com questões de fundo de maior monta que tornaram necessário interpretar a realidade brasileira. Ao centrarem suas análises em um processo de (sub)desenvolvimento ainda inconcluso, se deparam com uma nacionalidade ainda em formação e muitos destes caem na tentação de propor um programa político capaz de nortear, e principalmente, tornar tal processo exitoso. Estes autores, mais que pensadores interessados em problemas da realidade social brasileira, são considerados intérpretes do Brasil.

Entende-se por intérprete do Brasil aquele autor que através da compreensão do processo histórico da formação social brasileira no que ela tem de específico, e de uma análise da conjuntura sócio-histórica presente, elabora um programa político de intervenção na realidade. Este é sem dúvida uma primeira, mas não a única, semelhança entre a obra de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Os dois autores realizam este movimento analítico em suas obras, enxergando o presente enquanto processo histórico passível de transformação, o que confere força material as suas ideias, umbilicalmente ligadas ao processo histórico que se inseriam.

Além desta primeira semelhança, ambos utilizam o marxismo como método de análise do processo histórico. Como consequência disso Prado e Sodré compreendem a história como um processo de luta de classes, e se colocam neste processo do ponto de vista da classe operária. Suas interpretações do Brasil têm por trás do verde e amarelo, o vermelho de um proletariado em luta que, de acordo com a célebre frase de Karl Marx, não possui pátria. A adoção do materialismo histórico como método molda não só o modo dos autores compreenderem a história, mas coloca questões semelhantes na

análise da conjuntura presente, e direciona suas soluções políticas à construção da sociedade socialista.

Porém, Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré não são os únicos intérpretes marxistas do Brasil, dividindo espaço com outros grandes pensadores como: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Ignácio Rangel, Jacob Gorender, dentre tantos outros. O que torna a obra destes autores de especial interesse como objeto de estudo é o debate que estes autores travam a respeito da revolução brasileira no interior do PCB. Como já mencionado, o PCB além de contribuir na formulação da ideologia desenvolvimentista, interage diretamente com esta, incorporando suas questões e temáticas. Porém, ao abordar tais temáticas no interior da controvérsia da revolução brasileira tais autores tendem a subordiná-las à realização de um projeto maior de emancipação política e social, a se dizer, a revolução social que tem no proletariado seu grupo dirigente.

Este debate travado dentro do PCB se insere na totalidade mais ampla da sociedade civil no período que se estende de 1945 a 1964.

O período da redemocratização que se inicia em 1946 e se conclui com o golpe político-militar de 1964 – período da chamada democracia populista – teve enorme importância para a história social, política e cultural no país. Paralelamente à crescente politização da vida social brasileira – notadamente no pré 64 – inúmeros projetos econômicos e sociais foram elaborados e debatidos pelos partidos e frentes partidárias, movimentos e sindicatos de trabalhadores (industriais e rurais), pelas associações patronais, por movimentos de intelectuais e estudantes. [...] Comentando aquele momento cultural e político que vivia o país, o crítico R. Schwarz ponderou que o Brasil parecia ficar “irreconhecivelmente inteligente”. (Toledo, 2001, p.41)

Nesse momento se instala um clima de debate político e efervescência cultural acompanhado pela constituição e consolidação de partidos políticos, sindicatos, e outras instâncias de discussão. Porém se isso representa como uma tendência para o período da democracia populista como um todo, existem acontecimentos pontuais que podem de algum modo colocar em questão a vida inteligente que esta sociedade civil levava.

O clima favorável à democratização da vida cultural aberto em 1945 sofreu altos e baixos (basta pensar no fechamento do PCB em 1947, no clima da guerra-fria que marca o Governo Dutra), mas pode-se dizer que a tendência no sentido de uma democratização geral da vida brasileira continua a se impor, ampliando-se bastante no final do período pré-1964, sobretudo a partir do governo Kubitschek. (Coutinho, 2005, p.31)

O PCB neste momento, apesar de permanecer ilegal durante todo o período, continua e intensifica sua atividade política. O “ciclo desenvolvimentista” que se estende de 1930 a 1980 coincide com o que Jacob Gorender chama de “ciclo do PCB” na esquerda brasileira. Criado em 1922, de origem anarquista e forte componente militar, o Partido Comunista Brasileiro, apesar de não ser o único partido de esquerda atuando no período, é o principal organizador da esquerda brasileira durante todo o “ciclo desenvolvimentista”. A hegemonia do PCB na esquerda se encerra também de forma sincrônica a ideologia do desenvolvimento, com a constituição do Partido dos Trabalhadores na década de 80 e o esvaziamento dos quadros do “partidão”.

A atividade dos intérpretes do Brasil no interior do PCB deve ser observada de acordo com a categoria metodológica da práxis, isto é, deve ser tomada como algo necessário, mas não suficiente, para se compreender a obra de tais autores. Ao observar esta relação mediante tal categoria é importante ter em mente o caráter dialético da sua lógica, o que faz com que esta complementaridade seja marcada por uma relação de consenso e dissenso entre intelectual e partido. Essa relação de disciplina e ao mesmo tempo desacordo é notável no caso de Caio Prado, mas muito mais importante para tratar da obra de Sodré.

O feudalismo proposto por Sodré é a resultante de um processo de regressão feudal, que se verifica com a decomposição do modo de produção escravista. Para o autor a decomposição do escravismo não necessariamente geraria capitalismo, e essa afirmativa seria claramente etapista e teleológica. Assim, Sodré via nesta categoria uma forma de avaliar as especificidades da realidade brasileira e justificar a necessidade da luta pela propriedade da terra no campo, luta esta que não seria travada nos marcos do capitalismo. Combater estes “restos feudais” seria o caminho para a constituição do modo de produção capitalista no Brasil.

O PCB da época, por sua vez, se encontrava alinhado com a III internacional hegemônica por Moscou. A característica marcante desta internacional é a acentuação do viés positivista, já em alguma medida herdado da II internacional, que representa o princípio que permite a acomodação de um suposto materialismo histórico ao autoritarismo stalinista. Reflexo direto deste viés positivista é a teorização da III internacional acerca dos países coloniais, semicoloniais e dependentes, formulada no VI Congresso Mundial da entidade. Os países enquadrados nessas teses eram considerados feudais e deveriam realizar revoluções burguesas para superar tais condições e através da consolidação do capitalismo construir o socialismo. Este esquema, entretanto, é

derivado do esquema dos “cinco modos de produção” e não de uma análise concreta do caso brasileiro. Assim, ao tratar o problema dos países subdesenvolvidos do mesmo modo partindo de um apriorismo, a III internacional procede de modo antagônico a Sodré.

Portanto, a interpretação de Sodré da realidade brasileira apesar de estar de acordo com a vigente no PCB não equivale à teoria da III internacional para o caso brasileiro, ou seja, a mesma teoria para todos os países periféricos. Esta conclusão, porém, só pode ser obtida se a relação entre intelectuais e partidos políticos for vista a partir da categoria da práxis.

É claro que a vida “inacreditavelmente inteligente” da formação social brasileira durante o interregno democrático não se reflete somente nos espaços diretamente ligados à vida política, mas também possui uma rica dimensão cultural. Nesse processo surgem também associações de intelectuais interessados em pensar a realidade brasileira, como, por exemplo, a CEPAL e o ISEB. Também são reflexo disso a abertura de editoras, emissoras de rádio e televisão, dentre outros aparelhos privado de hegemonia, de acordo com a acepção gramsciana do termo. É somente através desses elementos que se pode entender a amplitude da militância dos intérpretes marxistas aqui analisados. Tanto a participação de Nelson Werneck no ISEB, como a atuação de Caio Prado Jr. frente à Editora Brasiliense, são exemplos das diversas formas de atuação política que se descortinavam no período.

A interpretação da realidade brasileira combinada à intervenção política nesta realidade faz com que exista na obra desses autores uma linha de continuidade entre estes dois momentos. Ao avaliar as origens da formação social brasileira, seja ela capitalista ou feudal, e seu presente, um capitalismo então em constituição, fica implícita na obra destes intérpretes a noção de transição. Ou seja, na qualidade de intérpretes marxistas da formação social brasileira podemos traçar uma linha de continuidade entre as interpretações de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré e suas respectivas teorias da revolução brasileira. A teoria da Revolução Brasileira constitui necessariamente o momento de intervenção política da interpretação marxista do Brasil.

Ao investigar o passado o intérprete tem sempre em vista a investigação do presente como história. Compreendendo a história como luta de classes, ao aportar no presente o intérprete necessariamente se pergunta: Em que estado se encontra a luta de classes travada na realidade brasileira? Qual a estratégia de atuação mais adequada

nesse contexto? Em seu ensaio sobre a interpretação de Caio Prado Jr., Carlos Nelson Coutinho comenta:

Pode-se traçar uma linha contínua que liga entre si a identificação do 'sentido da colonização', efetuada no brilhante capítulo com que se inicia essa sua obra-prima sobre a colônia (de 1942), e as propostas para a 'revolução brasileira', explicitadas em sua última produção significativa (de 1966). Mesmo quando trata do passado, Caio Prado tem sempre em vista investigação do presente como história, o que implica para ele, enquanto marxista, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente.

Ora, se esse movimento dialético é o núcleo de sua reflexão historiográfica, isso indica que nela estão contidos, ainda que só implicitamente, conceitos de 'transição' ou de 'modernização'. Se ele quer pensar o presente como história, tem de responder necessariamente a seguinte questão: de que modo e por que vias o Brasil evoluiu da situação colonial originária, através do império e das várias repúblicas, para a constelação histórico-social que apresenta hoje? (Coutinho 2005, p.221)

A partir dessa noção de continuidade entre os dois momentos essenciais avaliados, que é mais clara no caso de Prado, mas não menos verdadeira no caso de Sodré, se pretende avaliar as interpretações do Brasil destes autores e suas teorias da revolução brasileira como momentos articulados. Acredita-se que assim seja possível dimensionar a contribuição de cada autor ao entendimento do processo histórico em jogo, bem como ao programa político de intervenção da esquerda brasileira.

Assim se pode reconhecer a brilhante contribuição de Sodré nesse campo, apesar dos equívocos historicamente verificados de algumas de suas formulações, e principalmente desvincular o autor da tradição stalinista a qual normalmente sua obra é injustamente agregada. Portanto, no que tange a interpretação de Sodré o principal objetivo do presente trabalho é desconstruir o consenso de que as formulações do autor são inúteis e ultrapassadas. Mesmo que tivessem sido completamente equivocadas no seu tempo a contribuição de Sodré para o debate da revolução brasileira através de sua interpretação não pode ser descartada.

Já no que diz respeito a Caio Prado Jr., tido como o vencedor desse debate, cabe romper com a convenção que toma acriticamente seus resultados como corretos, sem sequer se questionar possíveis erros ou problemas em sua interpretação. Além disso, apesar de tentar se afastar do PCB através da negação do caráter feudal da formação

social brasileira, o autor acaba por não conseguir elaborar um programa político significativamente diferente do partido. Este é mais um caso que deve ser avaliado mediante a relação de consenso e dissenso entre intelectuais e partido político.

2. A interpretação do Brasil de Caio Prado Jr.: O sentido capitalista da colonização

2.1 Introdução

Em 1907 na cidade de São Paulo nasceu Caio Prado da Silva Jr.. Filho de uma rica família da burguesia cafeeira paulista com grande influência política na república velha, sua educação foi comum a qualquer menino de sua origem social, tendo estudado com governantas vindas do exterior e no tradicional Colégio Jesuíta. Após passar uma temporada na Inglaterra, cursa a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco entre 1924 e 1928, onde tem início sua atividade política. “*Ingressa no partido democrático, que reúne num programa liberal moralizante, membros da oligarquia e das camadas médias paulistas descontentes com a orientação da primeira república*” (Ricupero, 2010, p. 228). O partido trata de fazer oposição a Júlio Prestes, e após a derrota de Vargas nas urnas devido a uma suposta fraude eleitoral, apoia o movimento armado que leva Vargas ao poder.

Apesar de acompanhar com grande entusiasmo tal movimento, Caio Prado logo cedo se desaponta com os rumos do processo revolucionário iniciado em 1930, o que permite que o autor compreenda as limitações do projeto político representado pelo Partido Democrático. Isso o leva a uma das decisões mais importantes da sua vida, a entrada no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1931, iniciando a trajetória que o colocaria como um dos maiores intelectuais orgânicos da classe operária brasileira. Por conta desta decisão viriam prisões, exílio, e a perseguição política. Ao mesmo tempo o PCB lhe serviu como um espaço para discussão, dando condições para uma contribuição pioneira e original no marxismo brasileiro. Já em 1933 publica o seu primeiro livro, um *Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*, subtítulo dado a *Evolução Política do Brasil (1933)*, trabalho de estreia onde Caio Prado realiza a primeira tentativa bem sucedida de interpretação marxista do Brasil. É aí também que o autor afirma pela primeira um dos traços mais originais da sua contribuição: a compreensão do caráter capitalista da colonização. No ano seguinte também inicia a sua contribuição como tradutor, com *O Tratado do Materialismo Histórico*, de Bukharin. Tendo em vista a escassez de publicações marxistas disponíveis em português, pode se ter ideia da dimensão dessa contribuição.

Devido a suas posições heterodoxas do ponto de vista da interpretação oficial do PCB Caio Prado nunca assumiu tarefas de direção no partido, sendo um defensor de

causas minoritárias. Em 1935, após retornar de uma viagem à União Soviética, participa ativamente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento popular que pretendia formar uma frente antifascista no Brasil, chegando à presidência da seção paulista da organização. Colocada na ilegalidade e dissolvida pelo governo Vargas, suas lideranças foram perseguidas e presas, o que rendeu a Caio Prado dois anos de reclusão. Em 1937 é liberado e pede exílio na França. Nessa temporada no exterior o autor estuda na Sorbonne e entra em contato com o Partido Comunista Francês, onde atuou prestando auxílio a refugiados da guerra civil espanhola. No que diz respeito à produção acadêmica, avança na formulação da sua interpretação marxista do Brasil, iniciando a redação de *Formação do Brasil Contemporâneo – colonônia (1942)*, primeiro volume de um projeto com quatro tomos, destinados a desvendar a formação do Brasil moderno.

Retorna da França em 1939 e, diante da ausência de condições para a atuação política, devido à situação de ilegalidade do PCB, se concentra nas tarefas ligadas à produção editorial que iriam culminar na fundação da *Editores Brasilienses* em 1943. A atuação política nas tarefas de base do PCB, na direção da ANL e a frente da editora colocam em evidência o caráter plural e amplo da militância de Caio Prado. Neste período além do intenso trabalho editorial, o autor organiza e publica *História Econômica do Brasil (1945)*, obra em que o autor conclui sua interpretação do processo histórico brasileiro.

Neste período tem início a reorganização do PCB, então desarticulado pelo Estado Novo. Deste movimento partem as políticas de apoio a entrada do Brasil na segunda guerra mundial pelo caráter antifascista da luta e pelo apoio a união soviética. Caio Prado se coloca contra esta linha, mas é derrotado pela direção do partido. Embora posto politicamente a margem pelas posições polêmicas, consegue em 1947, durante o curto interregno de legalidade do PCB, se eleger deputado estadual por São Paulo, cargo do qual seria cassado pela política de caça às bruxas do governo Dutra. Em 1954 tenta concurso para ingressar na Faculdade de Direito da USP, onde trinta anos antes havia cursado a graduação. Apesar de aprovado no concurso, obtendo o título de livre docente, nunca foi chamado para assumir a cadeira.

A partir daí se articula com intelectuais críticos à linha majoritária do PCB e publica a *Revista Brasiliense* em 1955. Da revista resultam diversas contribuições aos grandes debates travados na sociedade brasileira, sobretudo, referentes à questão

agrária, eixo da crítica feita pelo autor ao programa Nacional Popular elaborado pelo PCB, sustentado por diversos intérpretes marxistas, dentre eles Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, autor que será objeto de estudo do terceiro capítulo. A inexistência de feudalismo ou qualquer resquício disso na interpreta o de Caio Prado faz com que autor proponha outra forma de organiza o dos trabalhadores do campo, retirando o foco da luta pela terra da agenda imediata dos trabalhadores e colocando este foco na luta por melhores condi oes de trabalho. Tanto a revista, como os demais  rgoos de imprensa críticos, seriam duramente reprimidos pelo regime civil-militar instaurado no golpe de 1964. Os trabalhadores organizados não passariam incólumes pela repressão, ao mesmo tempo em que pagavam a conta do ajuste econ mico posto em prática pelo governo Castelo Branco. Em resposta a esse movimento, em uma tentativa de reabilitar a esquerda a a o política, trava um balanço crítico com a esquerda oficial e publica *A Revolu o Brasileira (1966)*, livro que não só explicita a sua teoria da revolu o brasileira como também elabora uma síntese da *imagem do Brasil* presente na obra de Caio Prado Jr.

Para compreender essa dimensão de interpreta o e estabelecer a sua rela o com a teoria da revolu o brasileira proposta pelo autor o presente capítulo se divide em duas se oes. A primeira se destina a analisar o essencial da interpreta o de Caio Prado a respeito do processo histórico da forma o social brasileira. Essa se o se concentra na análise de *Evolu o Política do Brasil (1933)*, *Forma o do Brasil Contemporâneo – colônia (1942)* e *História Econômica do Brasil (1945)*. Posteriormente se pretende elaborar uma rela o entre esta interpreta o e a teoria da revolu o brasileira proposta pelo autor em *A revolu o Brasileira (1966)*.

2.2 A Interpreta o do Brasil de Caio Prado Jr.: o sentido capitalista da coloniza o

Dois anos após sua entrada no PCB Caio Prado irá publicar *Evolu o Política do Brasil*, livro que funda sua interpreta o do processo histórico brasileiro. O pretensioso *ensaio de interpreta o materialista da história brasileira*   um marco não apenas por iniciar a carreira do autor, mas também por ser a primeira interpreta o marxista bem sucedida da realidade brasileira. O que havia sido feito antes de Caio Prado apesar do pioneirismo necessário, que deve ser levado em conta, destoa muito de uma contribui o marxista do ponto de vista do método. Escrito por Octávio Brandão,

Agrarismo e Industrialismo (1926), que tem coincidentemente como subtítulo *Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil*, é a primeira tentativa de levar a cabo esta tarefa, sendo ponto de partida das interpretações marxistas do Brasil.

Brandão era um dirigente operário de origem anarquista que havia aderido ao marxismo no início de década anterior, mais precisamente em 1922 com a fundação do PCB. Já no ano seguinte seu pioneirismo vem à tona quando “*traduz o Manifesto Comunista, primeiro livro de Marx editado no Brasil, 75 anos depois de ser publicado na Europa*” (Morais Filho, 1991, p.42). Porém seu texto autoral de maior destaque viria com *Agrarismo e Industrialismo*, onde o autor, motivado pela decomposição da república oligárquica, identifica como principal contradição da sociedade brasileira o conflito entre tais tendências, aquela retrógrada e esta modernizante, e “*procura aplicar a dialética marxista a sociedade brasileira, girando em torno da dicotomia centralização-descentralização*” (Morais Filho, 1991, p.43). Desse procedimento são deduzidos dez ciclos desde a descoberta do Brasil, partindo da centralização representada por toda terra concentrada nas mãos de um só senhor, Dom Manuel, o Venturoso, e postulando pela primeira vez, ainda que de forma primária, a existência de feudalismo por estas terras. O trabalho de Brandão também “*Foi uma primeira tentativa de deslindar a crise e as perspectivas da revolução brasileira com a intenção de defender o ponto de vista da classe operária e fazendo uso do instrumental teórico do marxismo*” (Del Roio, 1991, p.72).

A despeito do stalinismo ainda não ter consolidado sua hegemonia na III internacional no ano de sua publicação, o que só ocorreria no final da década de 20 com a decadência dos partidos comunistas localizados a oeste dos Montes Urais, o livro traz estampado em seu título o termo marxismo-leninismo, usado por Stalin para designar sua concepção altamente instrumentalizada¹ do método marxista. Coincidentemente, o método adotado por Brandão é dotado de características similares ao de Stalin, características essas que, se não vem diretamente de um contato superficial com o stalinismo viabilizado pelas poucas publicações marxistas da internacional, provém do

¹ Por instrumentalização entende-se a redução da teoria a sua dimensão prática, colocando o primado da prática política sobre a teoria. A teoria não passa de *prática condensada*.

positivismo impregnado no PCB por sua origem anarquista e militar. O esquema dos dez ciclos deduzido se mostra etapista e esquemático, fazendo com que a argumentação de Brandão seja insustentável.

O pequeno volume é muito palavroso, violento, verdadeiramente panfletário. Não alcança os objetivos que se propôs, de maneira alguma. Ainda estava por vir uma interpretação marxista da história econômico-social do Brasil, que só irá acontecer, bem mais tarde, com Caio Prado Junior. (Morais Filho, 1991, p.44)

Muito distinto de seu predecessor é *Evolução Política do Brasil*, que publicado menos de dez anos depois, apresenta-se qualitativamente superior pelo detalhamento analítico e rigor metodológico, resultantes da perspectiva do autor sobre o materialismo histórico. Longe de se deixar enganar pelos desvios positivistas da III internacional, que via de modo apriorístico e supostamente universal a questão dos países *coloniais e semicoloniais*, o historiador paulista:

... não deixa de acreditar no valor universal do marxismo, mas o vê como uma abordagem capaz de analisar as particularidades constitutivas de variadas sociedades. Ou seja, encara o marxismo como método para interpretação de diferentes experiências históricas. Dessa maneira, realiza o que chamamos de nacionalização do marxismo”, a tradução dessa teoria para as condições de uma realidade específica, a brasileira. (Ricupero, 2010, p230)

Por nacionalização do marxismo entende-se o movimento de adaptação teórica das teorias centrais característico da história do pensamento econômico brasileiro. Ao mesmo tempo, quando esta adaptação compreende as particularidades sócio-históricas nacionais, mais que um historiador econômico marxista, tal autor se torna um intérprete marxista do Brasil².

O objetivo do autor neste trabalho é realizar um estudo do processo político que conduziu o país da situação colonial à independência, centrando sua análise na superestrutura política. *“Apesar de ser um estudo voltado à questão política, a perspectiva materialista direciona Caio Prado à pesquisa da base material da sociedade brasileira – já apontando o rumo futuro que tomaria sua obra” (Borja, 2013,*

² Sobre intérpretes do Brasil ver os trabalhos de MALTA & BORJA (2013), SILVA (2013), PEREIRA (2013) disponíveis nos anais do NIEP-MARX 2013.

p. 68). O movimento de independência do Brasil é apreendido diante da totalidade histórica na qual este se insere, o que demanda uma compreensão das bases materiais que sustentam as transformações na superestrutura política, ou seja, do conjunto das relações sociais de produção que condicionam esta evolução. Nesse quadro o autor organiza as principais disputas políticas da sociedade colonial.

O virtuoso materialismo de Caio Prado Jr. se manifesta na impressionante lucidez de suas análises diante das injunções históricas, e faz com que o primeiro autor com credibilidade para ser designado um intérprete marxista do Brasil, também seja o primeiro a indicar uma ruptura com a corrente de interpretação oficial existente do PCB. Já em 1933 afirma o caráter capitalista da colonização brasileira e nega a existência de qualquer resquício de um feudalismo que existiu brevemente e sequer marca a formação social brasileira, desaparecendo por completo com a decomposição do sistema de sesmarias.

A colonização brasileira aqui é entendida como resultante do processo de expansão marítima portuguesa, dirigida por uma burguesia mercantil gestada em um precoce processo de unificação nacional, que procura avidamente possibilidades de realização de seu capital. Esta burguesia se lança na busca de uma rota comercial que ligasse a Europa ao Oriente através do mar, e ao mesmo tempo se apresentasse enquanto alternativa competitiva ao comércio continental controlado pelos genoveses. Isso levou as incursões de Portugal pela costa da África, iniciado com a conquista de Ceuta em 1415, e descoberta das ilhas atlânticas, onde se ensaiam os sistemas de feitorias e capitânicas hereditárias, que posteriormente se revelariam insuficientes diante das condições das novas terras descobertas por Cabral em 1500. A ausência de riquezas que pudessem ser imediatamente retiradas na região litorânea, como metais preciosos, deixou como alternativa aos portugueses durante 30 anos somente o, pouco rentável, comércio de Pau-Brasil, mantido como forma de ocupação territorial.

Resolveu-se o problema com a criação das capitânicas hereditárias, repetindo-se em larga escala o processo adotado anos antes na colonização dos Açores e da Madeira. Entregando à iniciativa privada a solução do caso, forrava-se a Coroa portuguesa do ônus, que dificilmente suportaria, da ocupação efetiva da terra por conta própria. (Prado Jr., (2012)[1933],p.7)

Porém, o que ocorre aqui é o malogro generalizado do sistema proposto, apresentando sucessos pontuais nas capitanias de Pernambuco e São Vicente. Tal regime se extingue em 1554 com a instituição do Governo Geral da colônia, mostrando a rápida e pouco marcante passagem de relações de produção feudais na formação social brasileira. O recolhimento das terras pelo Governo Geral então instituído em Salvador gera uma forma diversa de distribuição da propriedade fundiária negando qualquer característica feudal na colônia.

Sucedendo a este ensaio de feudalismo tem-se a instituição do que o historiador paulista chamou de grande exploração. De acordo com tal regime de exploração da terra então levado a cabo, menos importante do que a posse deste meio em si, é a disponibilidade de capitais para explora-lo em grande escala. Isto é, para conseguir produzir grandes volumes de mercadorias para o abastecimento do mercado europeu seriam necessários volumosos capitais, indispensáveis para viabilizar a exploração da propriedade fundiária de acordo com objetivos propostos. Portanto um montante considerável de capitais passa a figurar como condição decisiva para o acesso a terra, o que não é característico do modo de produção feudal.

É de grande importância essa constatação. Ela nos leva à conclusão de que, no Brasil Colônia, a simples propriedade da terra, independentemente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisso se distingue a nossa formação daquela da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores descidos do norte uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim direta e unicamente da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui, não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu. (Prado Jr., 2012 [1933], p.10)

Segundo Caio Prado diante da escassez de braços portugueses para por em prática a empresa colonizadora, e da inaptidão dos indígenas nativos ao trabalho escravo nas lavouras, os portugueses optaram pela mão de obra negra escrava como meio de

viabilizar a grande exploração, reduzindo os custos de produção e permitindo o controle de diversos mercados de gêneros primários. Esta escolha de motivação econômica tem grandes reflexos na estrutura social do país, com seu característico desenvolvimento incipiente, girando em torno da dicotomia senhores e escravos. Esta estrutura social corresponde a uma economia pouco diversificada e destinada a tender as demandas do mercado europeu. É a partir desta estrutura social que o autor vai identificar as duas principais classes envolvidas na disputa política da colônia, os grandes proprietários de terras e a burguesia mercantil portuguesa.

Estes resultados são aprimorados e tomam contornos mais bem definidos quase dez anos depois em *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia (1942)*, com a categoria do sentido da colonização. Este livro permite elencar Caio Prado Júnior entre os demiurgos do Brasil, ao lado de renomados intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A principal preocupação de Freyre era a formação da família patriarcal, enquanto o foco de Sérgio Buarque é ação do *ethos* do aventureiro na formação da nacionalidade. Portanto, ambos analisam aspectos particulares da nossa realidade. “*Já Formação do Brasil contemporâneo: colônia, por meio da categoria do “sentido da colonização”, pode entender tanto o modo como se manifestou o ethos aventureiro como o processo pelo qual se formou a família patriarcal no país*” (Ricupero, 2010, p.234). Ao se defrontar com as idiossincrasias da formação social brasileira o marxismo de Caio Prado busca compreender a essência destas particularidades, entendendo o patriarcado e o *ethos* aventureiro como manifestações de uma nação que possui um sentido historicamente bem definido, fornecer gêneros primários em larga escala para abastecer o mercado europeu.

É isso que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise de história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja (Prado, 2012 [1942], p.15)

Considerado quase consensualmente pelos comentadores da obra de Caio Prado como sua obra prima, *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* é o primeiro volume de um ambicioso projeto original de quatro tomos que pretendia tomar a história do Brasil de uma perspectiva que entende que a pesquisa historiográfica “...constitui

uma chave, e chave preciosa e insubstituível, para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje” (Prado 2012 [1942], p.7). O presente é tomado pelo autor como resultante de um processo histórico, processo esse que segue uma lógica dialético-materialista, isto implica que “Mesmo quando trata do passado, Caio Prado tem sempre a investigação do presente como história, o que para ele, enquanto marxista, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente”(Coutinho, 2005, p.221). Em outras palavras, “...entender o presente como história significa ressaltar o caráter processual da realidade contemporânea, impregnada do passado e prenhe do futuro”(Borja, 2013, p.71)

Esta visão do processo histórico permite apontar a existência de conceitos de transição na obra do autor que ligam continuamente a colônia ao Brasil moderno, e nesse sentido, apontam para uma unidade entre interpretação do Brasil e teoria da Revolução Brasileira, abordada mais adiante. O sentido de transição, e o interesse do autor nas particularidades brasileiras, permitem a Caio Prado realizar uma contribuição para a teoria das “vias não clássicas” de transição para o capitalismo. Este esforço torna-o um analista comparável a Gramsci no tratamento do caso italiano através do conceito de revolução passiva ou, Lenin no caso da “via prussiana”, e Mariátegui para a realidade peruana.

Tal transição se estabelece na articulação de dois polos da sua questão central: a colônia e a nação. Esta transição depende das soluções dadas à questão nacional e à questão agrária. A questão nacional por sua vez é decisiva para o encaminhamento da questão agrária. Se por um lado a questão nacional encontra sua solução no processo de independência do Brasil, esta solução deixa intacta a estrutura fundiária brasileira, e traz à tona o caráter conservador da modernização brasileira. Na dialética entre transformação e conservação a formação social brasileira avança conservando traços atrasados, em avanços que são menos conquistas populares do que concessões das classes dominantes, que tem por intuito atrair classes ou frações de classe então excluídas do bloco no poder para dentro deste bloco. A evolução política do Brasil é na realidade uma sucessão de manobras pelo alto que ao mesmo tempo realizam mudanças pontuais, tratam de manter o sentido da produção voltado para fora e alheio às necessidades da população, impedindo a formação da nação. Para Caio Prado a manutenção destes traços atrasados não representa um entrave para o desenvolvimento

do capitalismo no Brasil, como postulam os teóricos do feudalismo, mas é a característica fundamental deste desenvolvimento.

O caminho trilhado pelo autor no primeiro capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo* parte da expansão marítima europeia, totalidade na qual se insere a formação social brasileira, para compreender o sentido que assume colonização de tal nação. Na reconstituição deste processo Caio Prado Junior ressalta o sentido comercial da obra colonizadora, do sistema de feitorias implantado na costa da África até a constituição da grande exploração em terras brasileiras. Portanto, o autor reafirma a polêmica tese sobre caráter capitalista da colonização exposta dez anos antes.

Inseridos nesta totalidade que é a expansão marítima europeia, o autor considera as diferenças entre as colônias de povoamento e colônias de exploração, proposta pelo francês Leroy-Beaulieu em *De la colonisation chez les peuples modernes*, para determinar, de modo geral, as características do processo de colonização da América. Esta distinção parte de características geográficas, e, sobretudo, climáticas, marcantes para a produção de gêneros agrícolas.

As colônias de povoamento estão situadas em regiões temperadas, como é o caso da América do Norte, onde as condições climáticas não oferecem grandes possibilidades de produzir gêneros agrícolas de alto valor comercial no mercado europeu. Os colonos que se destinam a estes territórios o fazem devido a questões de natureza política e religiosa, como no caso dos cercamentos que marcam o início desenvolvimento da industrial têxtil na Inglaterra, tendo como intenção a criação de uma nova sociedade. Esta nova sociedade reproduz parcialmente as condições de vida da sociedade europeia, e ao mesmo tempo deve ser “*uma sociedade que ofereça garantias que no continente de origem já não lhe são mais dadas*” (Prado 2012 [1942], p.24). Nessas colônias não há um vínculo direto entre o processo de colonização e o objetivo comercial, que apesar de existente, pode ser relegado ao segundo plano.

Diametralmente oposto a este quadro é o das colônias de exploração. Nos trópicos as condições climáticas tornam atrativa a produção de gêneros agrícolas não produzidos na Europa, e que por isso possuíam alto valor comercial. Este é o principal atrativo que leva o colonizador a abandonar o velho mundo e se colocar diante da tarefa de desbravar os “*trópicos brutos e indevassados*”. Portanto, os colonos que chegam a terras brasileiras almejam ser dirigentes da produção, e tem por objetivo antes a

obtenção dos volumosos lucros possibilitados pelo alto valor comercial da produção, do que a constituição de uma nova sociedade. O *sentido da colonização*, portanto, é fornecer produtos primários ao mercado externo. Este sentido, diante das condições concretas que se apresentavam nos trópicos, levou à adoção da produção em larga escala utilizando trabalho escravo, o que o autor chama de *grande exploração*. Consequência disso é a particularidade da sociedade brasileira que se apresenta enquanto algo não europeu e não autóctone.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (Prado Jr., [1942] 2012, p.28)

A lógica de toda atividade econômica desenvolvida na colônia é guiada pelo sentido da colonização, e tem como forma de organização a *grande exploração rural*. Esta forma de organização da produção pode ser resumida em três características básicas: monocultura, grande propriedade e trabalho escravo. Como toda a vida econômica se organiza em torno da grande exploração rural o autor a toma como uma totalidade para a realidade brasileira, de modo que a grande exploração é o que existe de essencial em toda a atividade econômica realizada na colônia.

O fato da produção se encontrar voltada para necessidades europeias, alheias a população local, leva o historiador paulista à distinção entre um *setor orgânico* e um *setor inorgânico* da economia brasileira. No primeiro setor se encontra toda a produção que segue a lógica da grande exploração rural, voltada para o exterior. Já no *setor inorgânico* se encontram as poucas atividades voltadas a atender as necessidades da população, ou seja, o incipiente mercado interno que se desenvolve com o processo de colonização. É esta característica que leva também à elevada concentração de riqueza da sociedade brasileira, e à situação de dependência externa que esta nação se encontra. A superação desse sentido “voltado para fora” e a conversão da economia para as necessidades da população é o que permite superar a situação colonial e solucionar de forma satisfatória a questão nacional. Assim para o autor o que marca definitivamente a

formação de uma nação é a constituição de uma economia nacional voltada efetivamente para as necessidades da população.

Por último, realizando uma síntese da interpretação do Brasil de Caio Prado, tem-se *História Econômica do Brasil (1945)*, livro que consolida a imagem do Brasil elaborada pelo autor. Em *História Econômica do Brasil* o autor expõe pela primeira vez de forma completa o movimento que levou da situação colonial à década de 30. Apesar de receber pouco destaque dos comentadores aqui se estabelece de forma clara uma linha contínua que liga a colônia até o nosso presente. Ao realizar um estudo detalhado das condições de gênese do presente é realizado um estudo sobre a forma como foram produzidas e se reproduzem as relações de dependência que envolvem o Brasil.

Neste momento o autor analisa pela primeira vez o processo de industrialização que começa a se verificar no início do século XX. Nessa análise o autor ressalta a fragilidade do processo de industrialização ocorrido no Brasil, fundamentalmente devido à incipiência do mercado interno. No jogo entre progresso e conservação no qual se insere o desenvolvimento histórico brasileiro, Caio Prado tende a dar sempre mais ênfase no momento da conservação, o que faz com que alguns comentadores afirmem que autor subestima as possibilidades do processo de industrialização da época. Assim, ao mesmo tempo em que discute as possibilidades do processo de industrialização para a superação da situação colonial e a constituição de uma economia nacional, coloca a possibilidade de reversão colonial em um país que se moderniza carregando traços de seu atraso.

Deste modo se encerra uma breve análise das obras em que se concentra a interpretação do Brasil realizada por Caio Prado. Nesse sentido podem ser destacadas algumas características gerais desta interpretação, como, por exemplo, o sentido capitalista da colonização, sua forma de organização da produção, a grande exploração rural, bem como o caráter não clássico que assume a constituição do capitalismo no Brasil. Devido a estas características, nossa economia é dependente e apresenta um mercado interno pouco desenvolvido, o que limita o processo de industrialização brasileira. É exatamente a necessidade de constituição de uma economia nacional e a consequente superação da situação colonial que figura como questão central da teoria da Revolução Brasileira do autor, objeto de análise da próxima seção.

2.3 A teoria da Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior

O interregno democrático que se estende de 1945 até o golpe de 1964 é um período de intensa agitação social e luta política, que se por um lado favoreceu a realização de debates acerca da questão nacional de suma importância para as esquerdas, por outro apresenta um desfecho trágico. É nesse cenário que Caio Prado Jr. irá publicar *A Revolução Brasileira (1966)*, livro em que autor ao mesmo tempo em que retoma as reflexões que elaborara sobre o processo histórico brasileiro, toma consciência do que havia sido a história das esquerdas nesse período. No hiato entre a instauração do regime civil-militar e seu endurecimento com o AI-5 em 1968, o historiador paulista trava um acerto de contas com a esquerda brasileira. Isso faz com que *A Revolução Brasileira* transcenda os limites de um livro de história meramente factual, e se apresente como um clássico da historiografia polemista, que percorre o amplo mapa de controvérsias do período.

O mérito e o pioneirismo de Caio Prado Jr. não se esgotam na interpretação marxista do Brasil bem sucedida ou na originalidade da sua crítica às teses sobre o passado feudal do país. Este também é o primeiro autor a realizar uma crítica pela esquerda do programa nacional popular elaborado pelo PCB, que serviu de guia para ação política dos comunistas durante o interregno democrático, e naquele momento se apresentava falseado pela experiência histórica verificada. De acordo com tal programa, que partia de uma interpretação feudal do passado Brasil, a revolução que deveria ser levada a cabo era democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista, e tinha como sujeitos uma aliança entre classe operária e a burguesia nacional. Diante do sonho pecebista de uma revolução democrático burguesa, se apresentava o pesadelo da revolução burguesa autoritária. Neste contexto, o acerto de contas com a esquerda brasileira, realizado por Caio Prado, abre caminho para a chamada esquerda revolucionária e para os teóricos da dependência, apontando na direção da IV internacional.

A noção de transição implícita na obra do autor, e sua visão processual da história e das condições históricas de gênese do presente, fazem com que a direção apontada pelo sentido da colonização conduza indubitavelmente a Revolução Brasileira. A revolução brasileira deve ser aquela capaz de superar completamente o sentido da colonização e voltar a atividade econômica para as demandas da população, superando a condição colonial e consolidando a nação. Deste modo se manifesta a unidade entre

interpretação marxista do processo histórico e teoria da Revolução Brasileira na obra de Caio Prado. Sua visão processual esta presente inclusive na abordagem da temática revolucionária, seu ponto de partida em *A Revolução Brasileira*.

Para Caio Prado o termo revolução é utilizado de forma ambígua. Se por um lado revolução significa o emprego da força e da violência para a derrubada de determinado governo e posse de outro grupo, por outro a palavra revolução remete a intensas transformações políticas e sociais. As transformações sociais podem ser levadas a cabo por insurreições, mas estas não necessariamente conduzem a uma brusca transformação da sociedade, portanto, “*O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através de que se realiza*”(Prado, 2012 [1966], p. 21). De acordo com o autor:

Revolução em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade e, em especial, das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes categorias sociais (Prado, 2012 [1966], p. 22)

Essa visão processual da revolução permite ao autor dar uma solução extremamente particular para a questão do caráter da Revolução Brasileira. Enquanto as teorias da esquerda oficial discutiam sobre o caráter democrático-burguês ou socialista da revolução que estava prestes a acontecer, Caio Prado, por sua perspectiva processual, se nega a responder esta questão. Para o autor isto se trata de mera tipologia, e a qualificação de um processo revolucionário só é viável na medida em que este processo ocorre, ou seja, a questão não é “O que é?” e sim “O que se passa?”. A Revolução Cubana é o exemplo que melhor encampa a perspectiva caiopradiana de revolução: primeiramente se trava uma luta nacional anti-imperialista, que toma como base as necessidades reais da população e posteriormente se afirma o caráter socialista da revolução.

Para sustentar sua perspectiva de revolução Caio Prado utiliza a observação de Marx, que nota que os problemas sociais de uma determinada época nunca se propõe sem que, ao mesmo tempo, a solução destes problemas se apresente concretamente, o que descarta soluções idealistas e descoladas da realidade, que provém de cérebros

iluminados. Com isso, o autor leva a cabo sua crítica ao dogmatismo e ao etapismo presentes na visão oficial do PCB, que propõe uma solução importada, e, portanto, descolada da realidade para o problema da revolução brasileira. Tanto a caracterização feudal do passado colonial brasileiro, como o programa nacional popular sustentado por esta interpretação, partiam dos esquemas aprioristas da III internacional. Por outro lado, o correto seria compreender a revolução:

...não pela dedução a priori de algum esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria, que revelará, tanto as contradições presentes, quanto igualmente as soluções que nela se encontram imanentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de uma superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas. (Prado 2012 [1966], p. 28)

Por partir de uma interpretação do processo histórico e da conjuntura sócio-histórica distintas do PCB, Caio Prado elabora um programa de intervenção para a realidade brasileira que questiona pontos fundamentais do programa nacional popular. Para o autor os marxistas brasileiros erraram teoricamente por ler mal os clássicos marxistas, e erraram historicamente por interpretarem erroneamente o Brasil. As críticas se dirigem a dois pontos específicos, a luta pela propriedade da terra no campo e a aliança com a burguesia nacional para combater o imperialismo. A caracterização capitalista da colonização faz com que Caio Prado identifique os conflitos no campo de forma diversa. Descartando o conflito entre camponeses e senhores pela propriedade da terra como forma de superar o feudalismo, o historiador paulista caracteriza os conflitos de classe no campo como um embate entre operariado e capitalistas rurais. A luta a ser travada deve ser por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas, como a extensão da CLT aos trabalhadores do campo, já que estes são trabalhadores assalariados, ou inseridos em relações de trabalho assimiláveis como capitalistas.

O segundo ponto da crítica é a crença do PCB no potencial revolucionário da burguesia nacional, que deveria travar uma luta contra o feudalismo no campo e contra o imperialismo. De acordo com Caio Prado os atritos existentes entre burguesia nacional e imperialismo indicam muito menos uma ruptura do que uma conciliação

dentro dos marcos do imperialismo, o que é confirmado pelas sucessivas reformulações das relações de dependência. A solução equacionada é uma aliança entre setores descolados da burguesia monopolista contra esta última, sendo esta a forma que deveria ser travada a luta anti-imperialista. Portanto a proposta do autor para a revolução é a formação de um bloco popular urbano e rural, capaz de conduzir transformações que superem o sentido da colonização.

Entretanto, a despeito de uma tentativa de diferenciação pela qualificação dos conflitos no campo e por uma estratégia distinta da perspectiva nacional popular, Caio Prado não consegue superar essa concepção. O modelo proposto pelo autor consiste em uma série de transformações que instituem um modelo de desenvolvimento guiado pelo Estado, que se encontraria acima da iniciativa privada. Este processo não acabaria por completo com tal iniciativa, mas a direcionaria para as finalidades da população, no intuito de construir uma economia nacional, forma de superação da economia colonial. Nesse sentido, a condição de miséria e os baixos padrões de vida que assolam a maioria da população brasileira não são furto da exploração capitalista, mas de uma debilidade da iniciativa privada na promoção dos interesses nacionais.

A tentativa de se afastar do programa nacional popular, longe de conduzir à superação desse programa, leva o autor a crer no mito do capitalismo progressista. Assim, apesar de indicar a direção que a crítica deveria tomar, o que faz com que sua obra seja de grande influência para a tradição marxista posterior, o historiador paulista não supera a programa nacional popular. Portanto, apesar do caráter pioneiro e da importância da sua contribuição para a formulação de uma teoria da revolução brasileira referenciada em tal realidade, Caio Prado falha ao apresentar uma solução para o problema.

2.4 Conclusões

Neste capítulo foram analisadas a interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. e sua teoria da Revolução Brasileira. As formulações sobre o processo histórico do Brasil de que tem início em 1933 com a publicação de *Evolução Política do Brasil*, até sua conclusão em *História Econômica do Brasil* em 1945 mostram a originalidade do autor ao afirmar o caráter capitalista da colonização, desviando das interpretações oficiais do PCB. Esse desenvolvimento original e crítico tem sua continuação, em circunstâncias adversas, no livro *A Revolução Brasileira (1966)*, onde sua interpretação é retomada de

forma conjunta com a teoria da Revolução Brasileira. Deste modo é possível demonstrar a articulação que existe entre a interpretação do Brasil de Caio Prado e sua teoria da Revolução Brasileira enquanto momento de intervenção na realidade.

A despeito da originalidade das suas formulações o historiador paulista não consegue através de suas propostas superar o programa nacional popular, sustentado pela argumentação oficial do PCB, mesmo possuindo uma argumentação mais contundente e coerente. Entretanto, sua interpretação abre caminho para uma geração de pensadores marxistas que posteriormente iriam se debruçar sobre a realidade brasileira. Deste modo, a obra de Caio Prado Jr. deve ser encarada como uma grande e notória interpretação da realidade brasileira, mas não deve ser aceita acrítica e dogmaticamente, como o é na maioria das vezes. Esta deve ser vista da mesma forma que o autor se colocava diante das formulações da esquerda de sua época, em uma perspectiva crítica e teoricamente referenciada no pensamento de Karl Marx.

3. A interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré: regressão feudal e a centralidade do conceito de modo de produção.

3.1 Introdução

Em 1911, na cidade do Rio de Janeiro, nasce Nelson Werneck Sodré. Vindo de uma família de classe média com tradição literária, Nelson cresce em ambiente culto, e desde cedo demonstra gosto pela literatura. Com 12 anos ingressa no colégio militar, alternativa que se apresentava aos filhos das camadas médias da sociedade, e permitia que desfrutassem de uma sólida formação acadêmica, e ao mesmo tempo tivessem alguma possibilidade de ascensão social. Assim, se inaugura a carreira militar que iria se estender por 38 anos, até a sua ida para a reserva em 1961. Ao terminar os estudos no Colégio Militar, Nelson cursa a Escola Militar do Realengo. Nesta época inicia sua atividade como articulista, publicando contos e contribuindo com diversas revistas, dentre elas a *Revista da Escola Militar*, revelando precoce talento de escritor.

Data deste período o primeiro contato de Nelson Werneck Sodré com a tradição marxista, através do seu professor de história no Colégio Militar. As forças armadas da época estavam embebidas no ideário positivista, sobretudo o movimento tenentista, que apesar do seu caráter claramente difuso, era ponta de lança dos setores progressistas que emergiam no contexto de decomposição da República Velha. Apesar do caráter progressista assumido pelo positivismo, tido como uma visão de mundo progressista nesta conjuntura sócio-histórica, tal corrente de pensamento apresenta inúmeras limitações já elencadas e discutidas no primeiro capítulo do presente trabalho. É a paulatina compreensão destas limitações que conduzem Sodré a uma trajetória de ruptura com o tenentismo, e em uma guinada à esquerda, se coloca enquanto intelectual orgânico do proletariado.

Ao realizar sua adesão ao marxismo Sodré conclui um caminho de gradual superação do ponto de vista positivista, passando por uma fase de forte influência do materialismo vulgar, para posteriormente compreender o materialismo em sua lógica dialética. É interessante perceber como, ao contrário de outros intelectuais e militares da esquerda contemporânea a Sodré, que acabam se aproximando por certa afinidade positivista ao stalinismo, este acaba por consolidar em sua maturidade um materialismo histórico arrojado e original, tendo em vista as limitações teóricas de seu tempo. Isso faz com que Sodré seja, sem sombra de dúvida, o maior intelectual marxista brasileiro de origem militar, contradição que iria permear toda sua obra. General sem formação acadêmica para os catedráticos, e intelectual subversivo para os oficiais, Nelson Werneck Sodré enfrentaria por toda sua vida essas contradições.

O autor demonstra desde cedo tendência ao autodidatismo e uma incansável capacidade de trabalho, fatores determinantes em sua formação intelectual, marcada por

intensa rotina de estudos e poucas passagens pela academia. Formado na Escola do Realengo em 1932 é designado para servir na distante cidade Itu, o que não faz com que interrompa suas contribuições como articulista em diversos jornais, ao mesmo tempo em que elaborava material de pesquisa para suas publicações posteriores. Em 1938 publica *História da Literatura no Brasil*, primeiro livro do autor, onde este busca compreender a história da literatura como algo histórico e socialmente condicionado, propondo um método “... que pretendia romper com uma história da literatura composta por homens e obras sem relação com as condições sociais mais abrangentes”(Grespan, 2006, p.199).

Nesse período Sodré serve no Mato Grosso, onde colhe o material para escrever *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, publicado dois anos depois, em 1941. Nessa ocasião o autor percebe pela primeira vez a presença de relações de produção feudais na formação social brasileira, seja através do regime de servidão, inalterado desde os tempos coloniais, ou da presença do latifúndio como expressão desse processo de dominação. Porém, nesse momento o militar historiador ainda não confere peso preponderante ao feudalismo na sua interpretação do processo histórico.

Portanto, a crítica literária é o objeto que inaugura a carreira intelectual de Sodré, sendo a primeira análise realizada pelo autor tomando como referencial teórico o materialismo histórico. Aos estudos de história da literatura e do pensamento social brasileiro iriam se somar posteriormente outras duas áreas constitutivas da obra de Sodré, a história militar e a história econômica, sendo a última, objeto em análise neste capítulo. Além disso, pode-se destacar a contribuição de grande monta levada a cabo por Sodré no ramo da história da imprensa no Brasil.

Em meados da década de 1940 tem uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro, marcada por intensa atividade intelectual, que precede sua transferência para a Bahia após a promoção à patente de capitão.

A Bahia era um estado singular no cenário político, tendo lá a presença de muitos exilados do Estado Novo, mas com uma presença tolerante do interventor Juraci Magalhães à frente do governo. Ali os comunistas desenvolviam uma singular política de reconstrução do PCB, duramente golpeadas pela repressão pós 35 e com eles, Sodré iniciou um diálogo que não demoraria a estabelecer novas pontes de sua aproximação ao comunismo. (Cunha, 2012, p.11)

Entretanto, ainda que se inicie um processo de aproximação com o PCB, nesta época ainda o autor não consolida seus laços com o partidão, o que só iria ocorrer alguns anos depois, mais precisamente em 1946.

Em 1944 publica *Formação da Sociedade Brasileira*, trabalho no qual realiza sua primeira aproximação ao processo histórico brasileiro, contando com os comentários de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, autores que exerceram grande influência em sua formação. A série de comentários e críticas que recebeu motivou Nelson a realizar uma pausa em suas publicações, e retornar aos estudos, com o objetivo de retornar as suas obras e retificar os equívocos, já que segundo o autor, a época, nenhum livro que havia escrito o satisfazia. Além disso, o processo de constituição da universidade brasileira, que se iniciara na década de 30, tomava contornos maiores, o que modificava sensivelmente a produção intelectual no país. Ocorre uma mudança significativa de obras ensaísticas para uma produção mais formalizada e específica, o que afetou particularmente Sodré pela natureza da sua formação.

A abertura às críticas e às mudanças se fazem extremamente presentes na obra de Sodré, sem que com isso o autor perca a solidez de sua argumentação. Este movimento o leva ao aprofundamento dos seus conhecimentos sobre o materialismo histórico que influenciam, ainda que indiretamente, na posterior reformulação de suas posições políticas. *Formação da Sociedade Brasileira* encerra uma fase da obra do autor em que, embora de modo geral estejam presentes os elementos que serviriam de substrato para sua interpretação do Brasil, estes ainda não tomam forma de um corpo teórico bem sistematizado.

Entre 1948 e 1950 retorna ao Rio de Janeiro como instrutor da Escola da Praia Vermelha, onde lecionaria a cadeira de história militar. A busca por referenciar a disciplina no quadro mais amplo das relações sociais e políticas em que esta ocorre faz com que Sodré exerça de alguma forma seu papel de historiador marxista dentro das forças armadas. Nesta ocasião elaborou material para a posterior publicação de *História Militar do Brasil (1965)*. Aqui o autor defende o papel progressista das forças armadas, sobretudo a da sua componente nacionalista, importante ator em processos políticos decisivos para o país, como, por exemplo, a revolução de 1930 e a campanha pela nacionalização do petróleo. Menor não seria sua importância no golpe de 1964, embora aí já assumisse claramente seu caráter conservador, que tratou de converter o potencial

transformador do nacionalismo popular, tão caro a Sodré, em um ufanismo completamente amorfo.

Esta passagem pelo Rio marca também a estreia de Sodré na vida política, compondo, como diretor de cultura, a chapa nacionalista encabeçada pelo general Estillac Leal na disputa do Clube Militar em 1950. A chapa sairia vencedora do pleito, tido na época como prévia para as eleições presidenciais que ocorreriam no ano seguinte, sendo este resultado fundamental para a posterior vitória de Vargas, a quem Estillac serviria como ministro da Guerra. Perdendo, sobretudo, devido aos votos de oficiais de patentes mais baixas, esta derrota acachapante da direita reacionária motivou a formação de uma correlação de forças golpista dentro das forças armadas, forças essas que teriam profunda influência no processo que culminou no suicídio de Vargas, se manifestando novamente na tentativa de golpe sobre JK, e que por fim se consolidariam no poder no golpe civil-militar de 1964.

Sucede ao pleito de 1950 um processo de polarização política dentro do Clube, suscitando uma série de polêmicas. Dentre elas a de maior destaque diz respeito a um artigo não assinado na revista do clube que se opunha frontalmente à intervenção americana no conflito da Coréia. Este artigo, posteriormente criticado por Nelson Werneck como manifestação da doença infantil tipificada por Lênin, rendeu ao então diretor de cultura do Clube Militar uma série de represálias, sendo este transferido para a cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul antes da saída de Dutra da presidência. De acordo com balanço do autor a pauta não teria grande importância diante das possibilidades de atuação política dentro do clube, e teria levado integrantes das forças armadas até então sem posicionamento político claro, a tomar partido da direita, instigados pelo anti-comunismo obscurantista tão característico dos setores conservadores da sociedade brasileira.

Desse período de estudo e aprimoramento intelectual Sodré retornaria à arena intelectual quatro anos depois, entrando no Instituto Superior de Estudos Brasileiro em 1954, a convite do antropólogo Guerreiro Ramos. Sua entrada no ISEB permite que acentue sua rotina de estudos, e o leva a intervir diretamente no debate nacionalista, evidenciando o caráter amplo da sua militância intelectual e política. É aí também que o autor retoma sua interpretação do processo histórico brasileiro, iniciada em *Formação da Sociedade Brasileira*, Sodré publica quatorze anos depois *Introdução a Revolução Brasileira (1958)*. Este é o último momento em que o autor afirma o caráter capitalista da colonização em sua obra, tese que seria posta em cheque logo em seguida.

Em 1961, após longo período de reflexão, Sodré decide ir para a reserva, abandonando definitivamente sua carreira militar após 38 anos de serviços. Os outros 38 anos de vida que restariam ao general foram exclusivamente dedicados à atividade intelectual. No ano seguinte publica *Formação Histórica do Brasil (1962)*, livro que resulta dos cursos ministrados no ISEB, e representa uma inflexão do ponto de vista de sua interpretação do Brasil, anunciando uma ruptura com a tradição historiográfica inaugurada por Roberto Simonsen, e continuada por Caio Prado Jr., que afirmava o caráter capitalista da colonização. Embora já tratasse do feudalismo em seus estudos, é a partir de 1962 que o autor dará centralidade a tal conceito, através da noção de “regressão feudal”. Esta adaptação do marxismo à realidade brasileira se revela interessante e remete a grandes debates da historiografia contemporânea, como o travado entre Maurice Dobb e Paul Sweezy, dentre outros autores, a respeito da “transição ao capitalismo”.

A afirmação da tese feudal faz com que a interpretação de Sodré, em seu momento de teoria da Revolução Brasileira, se apresente como a forma mais elaborada de sustentação do programa democrático popular gestado pelo PCB. Após o golpe de 1964 tal programa receberia uma série de críticas, como, por exemplo, a realizada por Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira*. Diante de tais críticas Sodré não retrocedeu e prosseguiu na defesa de sua agenda política, se destacando como principal pensador representante da esquerda oficial. Isso fez com que fosse injustamente identificado com o cientificismo e o etapismo reinantes no “partidão”. Entretanto, a interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré, a despeito da sua justificação do programa democrático popular, não deve ser confundida com as formulações simplórias da III internacional sobre os países *coloniais e semicoloniais*.

O período que sucede o golpe de 1964 é marcado por uma derrota teórica de Werneck Sodré e do programa democrático popular, assim como um período de afluxo para toda a esquerda. Este período marca a decadência ideológica do desenvolvimentismo, com o qual o programa democrático popular está profundamente imbricado. A partir daí Sodré passa a ser visto como tributário das derrotas da esquerda, e sua obra descartada de forma acrítica, sendo sumariamente tida como datada e superada. Mesmo sem interromper sua empreitada intelectual Sodré passará o resto da sua vida condenado ao ostracismo.

O olhar simplista lançado sobre a obra do autor, ao destacar de forma isolada, e, portanto, oportunista, o conceito de feudalismo, confunde a aparência de uma teoria

bolchevizada com a essência do marxismo original de Sodré. O feudalismo elaborado por Sodré carrega consigo a necessidade compreender as idiossincrasias da forma o social brasileira fazendo uso do conceito de modo de produ o, e procura compreender as condi es endógenas de sua reprodu o. Esta formula o se constitui enquanto indubitável esforço de adapta o do marxismo   realidade brasileira, sendo Sodré, a sua maneira, um dos “nacionalizadores do marxismo”.

O presente capítulo pretende analisar a interpreta o do Brasil realizada por Nelson Werneck Sodré em *Forma o da Sociedade Brasileira (1944)*, *Introdu o a Revolu o Brasileira (1958)*, e *Forma o Histórica do Brasil (1962)*, avaliando suas continuidades e descontinuidades e principalmente a caracteriza o feita pelo autor da categoria feudalismo. Posteriormente se pretende realizar uma avalia o da teoria da Revolu o Brasileira proposta pelo autor, consolidada no programa democrático popular então defendido, estabelecendo a rela o de unidade entre interpreta o do Brasil e teoria da Revolu o Brasileira. Toma-se por objetivo secundário estabelecer a distin o entre a interpreta o proposta por Sodré e a repassada pela III internacional aos países dependentes.

3.2 A interpreta o do Brasil de Nelson Werneck Sodré: regressão feudal e a centralidade de conceito de modo de produ o

A tentativa de enquadrar a produ o intelectual de Nelson Werneck Sodré em um modelo tradicional de historiografia evidencia, mais que as limita es das tipifica es apriorísticas, os grandes contornos que sua obra assume. Desde cedo filiado   tradi o marxista, Sodré elaborou sua interpreta o do processo histórico brasileiro tendo em vista a unidade entre teoria e prática. Deste modo sua interpreta o do processo histórico brasileiro   indissociável do desejo de transformar a realidade, superando os problemas que esta apresenta. A historiografia de Nelson Werneck se encontra imersa na acalentada atmosfera política contemporânea, sendo representativa de uma forma polemista de pensar a história, e, portanto, indissociável da leitura do presente como parte deste processo.

Isso ressalta a importância da compreensão do contexto histórico em que tal obra   produzida como condi o necessária, mas não suficiente, para uma análise correta, e, sobretudo, justa, desta produ o. Diferentemente dos analistas que desqualificam a

caracterização feudal do processo de colonização com algo datado e superado, a análise da obra de Sodré pelo método das controvérsias permite dimensionar adequadamente a contribuição do autor para o processo de nacionalização do marxismo. Ou seja, a riqueza da interpretação de Nelson Werneck Sodré reside justamente em seu caráter datado, virtude cara a autores que tomaram posição na luta política. “*Independente de se concordar ou não com o ponto de vista defendido por Werneck Sodré, conhece-lo bem significa compreender melhor todo o debate de sua época*” (Grespan, 2006, p.137).

Esta íntima relação com a realidade política do país fez com que a obra de Sodré não ficasse imune a revisões e inflexões ao longo de sua publicação, característica acentuada pelo hábito do autor de questionar e revisar frequentemente suas teses. Isto fica claro quando se tem em vista a inflexão teórica de sua interpretação do Brasil, marcada pela polêmica inserção do conceito de *regressão feudal*, reformulação que conduz a uma ruptura com a tradição de historiografia econômica majoritária no Brasil, da qual os principais representantes são Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Estes autores defendem o caráter capitalista da colonização portuguesa, empresa que tinha por finalidade o lucro. Ao mesmo tempo, a tese feudal levantada por Sodré difere substancialmente da formulação dos historiadores tradicionais, que diferentemente dos historiadores econômicos anteriormente mencionados, afirmam a existência de um feudalismo transplantado das nações europeias, como é o caso de Varnhagem e Capistrano de Abreu.

Ao resgatar o conceito de modo de produção, ressaltando seus determinantes internos, e conferir centralidade ao desenvolvimento das forças produtivas, Nelson Werneck Sodré elabora o conceito de *regressão feudal*, forma que seguiria a decomposição do modo de produção colonial escravista. Este por sua vez seria resultante de um processo de *regressão escravista* originado na colonização portuguesa. A principal crítica de Sodré a corrente capitalista reside na confusão entre capital comercial, que realiza seu excedente na esfera da circulação, e o modo de produção capitalista propriamente dito. Porém esta formulação não aparece de imediato no pensamento de Sodré, e é esta evolução que será analisada nesta seção.

As formulações de Sodré sobre a realidade brasileira aparecem pela primeira vez, de forma razoavelmente sistematizada em 1944, com *Formação da Sociedade Brasileira*, livro que encerra a primeira fase da produção teórica do autor, precedendo um longo período de estudos e amadurecimento. Já nesse momento Sodré afirma que a

“interpretação do passado serve ao presente, e fornece instrumentos aplicáveis aos caminhos futuros” (Sodré, 1944, p.7), de modo que para o autor, “A certeza de que, em realidade, caminhamos menos do que se julga, confirma a utilidade do exame do passado, para interpretação do presente e para a marcha dos anos seguintes, numa fase de transformações sensíveis como aquela que vamos atravessar” (Sodré, 1944, p.7).

Aqui Sodré ainda adota a tese da colonização capitalista, herdada de Simonsen e Caio Prado, enxergando tal processo a partir da sua inserção no quadro da expansão marítima europeia. O caráter burguês da Revolução de Avis de 1383 teria cerceado qualquer possibilidade de constituição de feudalismo na colônia. De maneira análoga a Caio Prado Jr., Sodré vê o sistema de capitanias hereditárias como uma tentativa breve, e pouco marcante, de transplantar a superestrutura jurídica da metrópole para a colônia. Sucidadas pelo movimento de centralização política levado a cabo pelo governo geral, estas desaparecem por completo, dando lugar a um modo de produção calcado no escravismo, que embora fosse menos produtivo, seria mais adequado às condições que se apresentavam para realização da empresa.

A noção de feudalismo empregada neste momento se refere a áreas marginais ao modo de produção escravista constituído, remetendo a uma definição tradicional de feudalismo.

“Os feudos, realmente, constituem organizações autárquicas, na peculiaridade econômica basilar do tempo da produção para o consumo imediato”, uma unidade produtiva de tendência auto-subsistente, sem trocas necessárias com outras unidades externas a ela; de produção marcadamente agrícola, mas também com um artesanato rude – assim Werneck Sodré concebia o feudo e o sistema nele baseado, chamando-o as vezes de medievalismo (Grespan, 2006, p.138)

Portanto, neste momento, inexistente na interpretação de Sodré a instituição regressiva de um modo feudal de produção, sendo sua compreensão do processo de colonização do Brasil em grande parte uma continuidade da tradição de interpretação capitalista.

Desta publicação segue-se uma retirada temporária do combate intelectual, motivada pela insatisfação do autor em relação ao que, até então, havia produzido. Sem formação superior, o autor que, adquirira boa parte de seu cabedal de conhecimentos através do autodidatismo, sentia necessidade de uma pausa para, através do mesmo método autodidata, aprofundar e amadurecer seu ponto de vista teórico. Porém, estes

estudos não levam a uma ruptura teórica imediata, e grande parte da interpretação presente em *Formação da Sociedade Brasileira* é reafirmada quatorze anos depois em *Introdução a Revolução Brasileira* (1958).

Tal relação de continuidade existente entre a interpretação presente em *Formação da Sociedade Brasileira*, e a formulada pelo historiador em *Introdução a Revolução Brasileira*, se por um lado remete a solidez do ponto de vista capitalista do autor, torna difícil compreender o que motivou, em espaço tão curto de tempo, uma inversão completa de seus pontos de vista. É óbvio que se deve considerar o amadurecimento intelectual do autor ao longo de seus anos de estudo como um dos determinantes desta inflexão, porém este processo não é suficiente para explicar tal continuidade seguida por uma ruptura tão brusca. Segundo consta no prefácio de *Formação Histórica do Brasil* (1962), esta inflexão é atribuída pelo autor como resultado de uma crítica “rigorosa, sincera” e multilateral, levando-o a uma quase completa reformulação da sua interpretação do Brasil.

Nesse sentido, acredita-se que o fator determinante para a inflexão teórica de Sodré é politicamente motivado. Isto não quer dizer que a incorporação do feudal em sua interpretação seja uma imposição direta da direção do PCB, com quem estreitara seus laços em 1954. A mudança de posição na leitura historiográfica de Sodré deve ser apreendida como resultado da relação de consenso e descenso entre Nelson e o “partidão”. Se por um lado o autor nega a leitura staliniana da realidade brasileira, através da sua interpretação reafirma o programa democrático popular.

Tão brusca, e, portanto, capaz de justificar tal inflexão em sua obra, é a mudança na linha política do PCB no final da década de 50. O partido vinha de uma trajetória de ilegalidade iniciada em 1947, com seu retorno a esta condição no governo Dutra, após dois anos de vida oficial. Tal perseguição sem nenhuma justificativa política direta evidencia o caráter autocrático e antiliberal da burguesia brasileira. Ao ser relegado da arena política em um ambiente relativamente democrático, ao invés de, mesmo em sua condição de ilegalidade, explorar as possibilidades de luta política que se descortinavam com a democracia, o partido adota uma linha retórica e pouco factível de luta armada. Esse posicionamento se afirma com a declaração de Agosto de 1950, que colocou em relação de oposição direta burguesia, e operários e camponeses, colocando o partido em condição de isolamento político.

A crise política que culminou com a morte de Vargas quatro anos depois, e a formação de uma coalisão anti-golpista, leva a um retorno das posições democráticas ao

PCB, principalmente através das políticas de disputa da base trabalhista. Em consonância a isso, o vigoroso período de crescimento econômico que se sucede, permite a emergência de uma burguesia nacional e desencadeia um processo de franca expansão das camadas proletárias urbanas. A burguesia nacional assume então na leitura pecebista papel dirigente no processo de desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, fundamentalmente através da ativa participação do Estado neste processo, tido com sinal de progressismo da classe. “*Com a declaração de março de 1958, o PCB passou a admitir o caminho pacífico para a revolução brasileira por meio da defesa da legalidade democrática, da combinação da ação parlamentar com a extraparlamentar...*” (Madureira, 2006, p. 239).

A revisão da interpretação sodreana do Brasil da seus primeiros sinais na aula inaugural ministrada pelo autor em Março de 1959 e publicada como livro no mesmo ano. Entretanto, seria somente no livro de 1962 que Sodré apresentaria essa revisão de forma mais organizada, negando o caráter capitalista da colonização, o que marca a sua fundamentação marxista do programa democrático popular.

Em *Formação Histórica do Brasil*, embora admita a importância da fração mercantil da burguesia que levara a cabo a colonização, Werneck afirma que de modo algum se pode confundir esse grupo com uma classe burguesa hegemônica. Além disso, nega o caráter burguês da Revolução de Avis, que, segundo o general, teria sido motivada por questões militares, marcadamente a expulsão dos sarracenos do território português, não passando de um processo de centralização monárquica. Após esse processo, a divisão das terras entre os senhores vencedores da guerra teria levado a reafirmação do feudalismo na península ibérica, embora dotado de algumas características *sui generis*.

Como se sabe, o caráter particular do feudalismo português levou alguns autores, em particular Roberto Simonsen, a considerar que Portugal já era capitalista na época da colonização do Brasil e, em consequência, não poderia ter trazido para cá relações de produção feudais (Silva, 2006, p113)

O processo de acumulação de capital mercantil, que se verifica na esfera da circulação, coexiste, e mesmo viabiliza o reestabelecimento, de relações feudais em alguns países, ao passo que atua como uma das vias para constituição do modo de produção capitalista em outras regiões. O fator determinante para a consolidação do modo de produção capitalista é tomado como algo interno, de modo que Sodré “*immune*

a tentação de modernizar o marxismo ao sabor dos modismos intelectuais e das sínteses ecléticas, busca na base produtiva das relações econômicas o princípio de compreensão da história social”(Morais, 2001, p.29). A posição tomada por Sodré converge com a de diversos historiadores contemporâneos, como Rodney Hilton e Maurice Dobb, enfatizando o caráter não revolucionário, e em alguns casos reacionário, do capital mercantil.

Deste modo, sendo colonizado por um país que regride ao feudalismo após a acumulação de capital mercantil, o Brasil teria herdado uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do novo mundo, regressaria mais uma vez ao modo de produção escravista. *“O predomínio econômico, demográfico e político do escravismo é indubitável até bem entrado o século XIX, associando latifundiários escravistas a grandes comerciantes inseridos no mercado mundial”* (Del Roio, 2000, p.88). Posteriormente, nos:

...períodos de crise ou de declínio inelutável dessas regiões provocam o fenômeno de uma transição regressiva ou da “regressão feudal”, quando parte dos escravos são vendidos para zonas econômicas emergentes e outra parte permanece, com outros trabalhadores “livres” já existentes, numa “condição de servidão não codificada (Del Roio, 2000, p.88)

É importante notar que a caracterização de feudalismo na formação social brasileira realizada por Sodré não se trata de mera transposição mecânica do feudalismo europeu, mas de uma tentativa de tipificar relações de produção que, embora muito próximas de relações de servidão, não são exatamente correspondentes ao feudalismo clássico.

Outra questão que remete ao debate sobre a “transição ao capitalismo” é a possibilidade de existência de feudalismo para além das fronteiras da Europa ocidental. Nesse caso, todos os autores falam em “outros sistemas feudais”, como, por exemplo, o feudalismo existente na Europa central e oriental, já estudado por Engels. Além disso, o historiador japonês Kohachiro Takahashi aponta para as particularidades do feudalismo japonês.

Não era fácil, porém, para Marx e os marxistas que o seguiram compreender a particularidade latino-americana. Enquanto ao tratarem da Europa e mesmo da Ásia já encontravam referências histórico-sociais bastante claras, que contribuíram para criar a imagem de espaços culturais minimamente delimitados, em países novos como os nossos, não são tão evidentes os traços fundamentais constitutivos de nossas respectivas realidades. (Ricipero, 1998, p.67)

Portanto, por mais que seja discutível o uso da adjetivação feudal, é importante indicar que a concepção de Sodré é próxima, ao debate da historiografia contemporânea, embora não por este diretamente influenciada. Na essência do feudalismo sodreano está a necessidade de evidenciar os traços fundamentais constitutivos de nossa formação social.

Desta forma, através do conceito de modo de produção, Sodré realiza uma contribuição extremamente atual para a adaptação da teoria marxista a compreensão do processo histórico brasileiro, dirigindo uma crítica frontal à interpretação elaborada por Caio Prado Júnior. Para Sodré:

O equívoco, do ponto de vista do marxismo, está em confundir o caráter mercantil da produção, isto é, o predomínio da produção para a troca, com o caráter capitalista das relações de produção, que se baseiam no intercâmbio do trabalho vivo com o salário (Morais, 2001, p.29)

É claro que a caracterização feudal possui viés político claro, na medida em que resulta da aproximação do autor ao PCB. Essa por sua vez deve ser pensada através da relação de consenso e descenso entre intelectuais e partido. Ao mesmo tempo em que Sodré incorpora a sua análise o conceito de feudalismo, não o faz da forma rudimentar realizada por seus antecessores pecebistas, como Octávio Brandão e Alberto Passos Guimarães. Isso permite que a na obra de Sodré esteja presente a forma mais desenvolvida de defesa do programa democrático popular, objeto de estudo da próxima seção.

3.3 A teoria da Revolução Brasileira de Nelson Werneck Sodré: fundamentação nacionalizada do programa democrático popular.

A incorporação do conceito de feudalismo as suas análises, seja por razões teóricas ou políticas, leva Sodré a realizar a mais rigorosa fundamentação marxista do programa democrático popular formulado pelo PCB, assumindo assim a posição de maior teórico da esquerda oficial brasileira. Se esta até então havia sido realizada através do marxismo-leninismo oficial da III internacional, com conceitos mecanicamente importados para a realidade brasileira, e tidas como universais para países *coloniais e semi-coloniais*, é em Nelson Werneck Sodré que esta fundamentação assume caráter “nacionalizado”. O conceito de regressão feudal elaborado pelo autor

justifica a tática política de uma frente popular ampla para, combatendo os resquícios de feudalismo, realizar de forma plena a revolução burguesa no Brasil.

O ponto central da teoria sodreana da Revolução Brasileira é a atrofia e a frustração da revolução burguesa no Brasil. Ao romper com a república oligárquica, a revolução de 30 teria conservado muitos traços desta última, incorporando gradualmente setores da burguesia ao bloco no poder. Embora deslumbre a possibilidade da “via prussiana”, para o autor a revolução se completaria com uma ruptura conduzida pela burguesia nacional, que superaria os traços arcaicos herdados do período colonial. A debilidade da revolução burguesa no Brasil teria levado a uma oposição entre a nação então em constituição e o imperialismo e seus agentes internos, interessados em manter sua posição dominante na formação social brasileira. Além disso, a frustração da revolução burguesa colocava a necessidade da classe operária, e conseqüentemente os comunistas, travassem uma luta pela afirmação de direitos assegurados teoricamente pela democracia burguesa.

Isso leva à necessidade de formar uma coalização de forças nacionalistas com a finalidade de superar os entraves postos ao desenvolvimento econômico autônomo. Estes entraves se colocam de duas formas. A primeira delas é o feudalismo, que, se manifestando através do latifúndio, bloqueia o acesso à propriedade da terra, estabelecendo o que o autor chamou de *monopólio feudal da terra*. Desta forma o Brasil teria herdado uma estrutura fundiária extremamente concentrada e improdutiva, o que levava, de modo similar a diversas interpretações estagnacionistas vigentes no período, a escassez de gêneros alimentícios fornecidos as massas urbanas e permanentes problemas inflacionários. Além disso, tal modelo de desenvolvimento geraria um crônico excedente de mão de obra no campo e cercearia a formação de um, potencialmente amplo, mercado interno, característica fundamental da economia nacional.

O segundo desses entraves seria a posição subordinada do Brasil no sistema imperialista, que ao recolocar sucessivamente o problema do estrangulamento externo, impedia a constituição de uma economia nacional. Outras formas de operação do imperialismo seriam as frequentes e abusivas remessas de lucros provenientes do capital estrangeiro internalizado e o pagamento da dívida externa. Este binômio nos leva a crer que:

Foi muito grande, com efeito, a influência exercida por Celso Furtado sobre o pensamento da esquerda brasileira. Segundo ele, a “estrutura

agrária anacrônica” não exerceu efeito bloqueador sobre o desenvolvimento econômico, enquanto a indústria pode crescer substituindo importações. Quando porém tal substituição atingiu relativa saturação, aquele efeito tornou-se operante. (Morais, 2001, p.35)

Diante disso, a solução colocada pelo programa democrático popular era a formação de uma ampla frente popular, composta por operários e pela burguesia nacional. Esta última, de acordo com esta formulação, apesar de oscilar entre o nacionalismo e o imperialismo, possuía interesses materiais nacionalistas, evidenciados no seu apoio à intervenção do Estatal no processo de industrialização. Esta frente deveria conduzir um processo revolucionário anti-feudal e anti-imperialista, superando o duplo entrave colocado através de processo amplo e democrático de reforma agrária e nacionalização da economia. Novamente se deve traçar um paralelo entre esta formulação e as reformas de base propostas pelos setores progressistas da sociedade brasileira no governo de João Goulart, período de polarização política, que tem como trágico desfecho o golpe civil-militar de 1964.

Esta solução coloca em oposição forças nacionais, como a classe trabalhadora, setores da pequena burguesia, e a burguesia nacional; contra os agentes internos e externos do imperialismo, representados pelo latifúndio, o capital estrangeiro e a burguesia associada a este capital. Para Sodré a classe operária brasileira não teria forças para levar a cabo tamanha agenda de transformações políticas, ao passo que o movimento camponês ainda se encontrava em um estado de organização incipiente. Isso leva o autor a pensar que

Era preciso compor uma aliança nacional-popular muito mais ampla que articulasse não só os vários estratos agrários em oposição ao latifúndio feudal com o proletariado industrial em franco crescimento numérico, mas também os mais amplos setores da pequena burguesia e da burguesia nacional (Del Roio, 2000, p.92)

O que define o caráter progressista da burguesia nacional, mais do que a sua inserção estrutural no plano das relações de produção, são as posições políticas desta classe diante das pressões do imperialismo.

A dupla negativa do programa democrático popular, seu caráter anti-feudal e anti-imperialista, conduz a solução dos problemas brasileiros através de revoluções de duas naturezas, a primeira uma revolução agrária, seguida de uma revolução nacional. Se por um lado a centralidade da burguesia nacional nesse processo revolucionário é

extremamente questionável, como aponta a crítica de Caio Prado exposta no capítulo anterior, é necessário por em evidência a importância da revolução agrária presente no programa democrático popular, e seus desdobramentos táticos.

A perspectiva exposta por Caio Prado, que não via a estrutura fundiária como entrave para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, embora tenha grande influência nas interpretações marxistas maduras sobre a realidade brasileira, politicamente, no momento em que ocorreu o debate, representa a conservação do latifúndio e controle da terra pelas oligarquias. Já a defesa de Sodré conduz a bruscas transformações na estrutura fundiária, sobretudo a democratização ao seu acesso, rompendo com o monopólio feudal da terra e superando o passado colonial.

A grande questão, diante da desorganização do movimento dos trabalhadores rurais, seria descobrir qual classe seria capaz de conduzir esse processo de transformação da estrutura agrária. O diagnóstico feudal em princípio permite uma resposta simples, porém insuficiente para a questão, colocando a burguesia nacional, que então se consolidava no processo de industrialização, como principal ator destas transformações. Entretanto, como indica Caio Prado, a burguesia nacional penderia mais para o lado imperialista, do que para a necessidade de conduzir uma revolução agrária e anti-imperialista. Em outras palavras, esta burguesia nacional, por seu permanente conservadorismo obscurantista, temia mais a pressão proletária do que as rotineiras espoliações do imperialismo, evidenciando sua fraqueza econômica e política na incompletude do processo de industrialização brasileiro. Isso leva a um aspecto marcante do programa democrático popular, notadamente a compreensão da necessidade de finalizar o inconcluso processo de industrialização brasileiro, completando assim uma etapa capitalista que viabilizaria a construção do socialismo.

Feitas estas breves considerações se espera ter destacado a unidade entre a interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré, marcadamente após sua inflexão teórica de 1962, e o programa democrático popular formulado pelo PCB. Apesar de ter norteado a ação da esquerda durante todo o interregno democrático, este programa apresenta algumas inconsistências. A primeira delas aqui indicada, corresponde ao caráter revolucionário da burguesia nacional. Outro fato questionável é a existência ou não de feudalismo, ou a necessidade de uma revolução agrária para o processo de desenvolvimento brasileiro. Esta questão teve sua solução conservadora levada a cabo pelo governo ditatorial civil-militar, porém é incerto se admitiria outras soluções.

3.4 Conclusões

Neste capítulo foram analisadas a interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré e sua teoria da Revolução Brasileira. Suas formulações sobre o processo histórico brasileiro que tem início em 1944, com *Formação da Sociedade Brasileira*, demonstram sua aceitação inicial da tese capitalista da colonização. Estas concepções seriam mantidas mesmo após um longo período de reflexão e estudo em *Introdução a Revolução Brasileira*, de 1958. A grande inflexão teórica de Sodré é verificada em *Formação Histórica do Brasil*, publicado quatro anos depois, em 1962. A partir daí Sodré abandona a corrente de interpretação capitalista e elabora, a partir de uma aplicação rigorosa do conceito de modo de produção a realidade brasileira, a noção de *regressão feudal*. É interessante notar a relação do debate feito por Sodré para chegar a tal formulação e o debate historiográfico da “transição ao capitalismo”, que embora não tenha influído diretamente neste, é contemporâneo ao autor. A noção de *regressão feudal* representa a contribuição do autor para adaptar o marxismo à realidade brasileira.

O encampamento do feudalismo em sua interpretação permite creditar a Sodré a defesa mais elaborada do programa democrático popular proposto pela esquerda oficial. A partir da incorporação desta noção em sua análise Sodré justifica de forma não apriorística e original a tese da revolução burguesa agrária e anti-imperialista. A partir dessa fundamentação Sodré passa a ser identificado com a esquerda oficial e assume a responsabilidade por erros táticos que teriam levado ao golpe de 64. Porém a teoria da revolução brasileira de Nelson Werneck Sodré, dados os condicionantes teóricos e políticos de seu tempo, não deve ser identificada com o simplismo e o esquematismo stalinistas, que representavam um campo majoritário dentro do PCB.

4. Conclusões

4. Conclusões

O presente trabalho procurou analisar as interpretações do Brasil de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré fazendo uso do método de controvérsias. A partir de uma definição de interpretação baseada em três momentos essenciais, a análise do processo histórico da formação social brasileira, a análise da conjuntura sócio-histórica presente, e da formulação de um programa de intervenção na realidade, se procurou estabelecer uma relação entre as interpretações do Brasil que tomam o marxismo como referencial teórico e a participação destes autores na controvérsia da Revolução Brasileira. Deste modo se procura afirmar que interpretações marxistas do Brasil possuem a teoria da Revolução Brasileira como momento necessário.

No primeiro capítulo foram feitas algumas considerações gerais com a finalidade de situar o leitor nos debates metodológicos que envolvem a história do pensamento econômico, bem como traçar um panorama amplo da história do pensamento econômico brasileiro e seu caráter idiossincrático enquanto objeto de estudo. Acredita-se que assim se tenha mostrado elementos que assumem papel fundamental na interpretação do Brasil de Prado e Sodré, como o significado especial da questão nacional, a ativa participação do Estado no processo de industrialização, e principalmente adaptação das teorias produzidas nos países centrais, aqui apreendidas de forma insuficiente e defasada, para a compreensão da realidade brasileira. Esta adaptação se apresenta não só através da adaptação do estoque de categorias já existente, como através da formulação de novas categorias.

Traçado este primeiro panorama geral, se parte para análise proposta da obra dos autores que o presente trabalho tomou como objeto de estudo. Primeiramente se analisa a obra de Caio Prado Junior, que realiza a primeira adaptação bem sucedida do marxismo para a análise da realidade brasileira. O pioneirismo de Prado se revela não só pelo pioneirismo do autor, como pela sua maneira particular e original de pensar o materialismo histórico como método capaz de pensar as especificidades da formação social brasileira. Ao afirmar o sentido capitalista da colonização Caio Prado rompe com a interpretação historiográfica majoritária no PCB, o que permite que este assuma uma posição crítica diante do programa político apresentado pelo partido na época.

Ao realizar a crítica pela esquerda do programa democrático popular, Prado traz a tona suas principais deficiências, como a leitura equivocada do processo histórico brasileiro e a crença quase cega no potencial transformador e democrático da burguesia

nacional. Para Prado a burguesia nacional penderia mais para o lado das forças imperialistas do que para a constituição de uma nação que superasse o sentido voltado para fora, e estranho as necessidades da população, que a produção aqui assumia.

Se por seu lado negativo Caio Prado realiza uma crítica demolidora ao programa democrático popular, do ponto de vista propositivo o autor cai em ilusões reformistas similares às contidas em tal programa. Seu modelo de desenvolvimento baseado na pequena burguesia e controlado pelo Estado mostra-se insuficiente para a construção de um capitalismo autônomo que leve ao socialismo. Além disso, seu modelo guiado pelo Estado pode levar a consequências autoritárias, que tolhem a dimensão democrática do seu projeto político.

Já Nelson Werneck Sodré, por sua vez, se apresenta como herdeiro da tradição historiográfica de Caio Prado Júnior. Sua interpretação do processo de colonização ocorrido na formação social brasileira iria convergir com esta linha até meados da década de 60, quando o autor realiza radical inflexão de seu ponto de vista. A explanação sobre os motivos que levam a essa ruptura se revela enquanto uma das questões centrais para uma análise precisa da obra do autor. Se por um lado Sodré nunca abandonou seus estudos, notadamente através do autodidatismo, ou hesitou em revisar suas formulações, tamanha inflexão não pode ser explicada somente pela revisão teórica, ainda mais levando em consideração que se trata de um intelectual umbilicalmente ligado à tradição política comunista.

Nesse sentido, as modificações na linha política do PCB, verificadas no final de década de 50 e meados da década de 60, modificações que tomam caráter mais preciso a partir da declaração de Março de 1958, são fator político de extrema relevância para explicar a inflexão teórica de Sodré. A atuação política através de uma frente popular ampla capaz de afirmar democraticamente demandas populares se revelava ao partido nesse período enquanto melhor possibilidade atuação. Isso, indubitavelmente, é um dos fatores decisivos de sua inflexão teórica.

Porém, tal inflexão não se resume unicamente a condicionantes políticos, e Sodré realiza uma crítica extremamente relevante à tradição historiográfica que o precedeu do ponto de vista teórico. Através de uma definição precisa do conceito de modo de produção, Sodré evidencia o circulacionismo da interpretação caiopradiana do Brasil, crítica encampada por diversos autores que o sucederam. Buscando uma leitura do processo histórico brasileiro através das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, Sodré mostra que o capital comercial não é

suficiente para constituir de forma plena o modo de produção capitalista. A despeito de certa inadequação e infelicidade semântica na escolha do termo feudalismo, o conceito de regressão feudal apreende bem a questão das relações de trabalho não codificáveis, não conferido a elas, como faz Caio Prado, sentido teleologicamente capitalista.

Assim se procura destacar que a contribuição de Sodré, ao contrário do que muitos pensam, não pode ser reduzida a mera replicação das formulações do VI congresso da III internacional sobre os países *coloniais e semicoloniais*. A interpretação de Sodré, após seu momento de inflexão, apesar de justificar um programa político inspirado nessas diretrizes é muito mais rica e elaborada do que aquela teorização simplista. Sodré, apesar de apontar para uma leitura hodiernamente política e teoricamente superada do processo histórico brasileiro, possui uma contribuição extremamente relevante para a nacionalização do marxismo, algo que o programa da terceira internacional, por seu apriorismo, seria incapaz de realizar.

Ao mesmo tempo a defesa de tal programa político faz com que a obra de Sodré não supere determinadas limitações nele contidas. A principal deles seria a crença no potencial dirigente e transformador da burguesia nacional, ponto criticado, mas deixado em aberto, pela crítica de Caio Prado Jr.. Ao repetir tais visões Sodré não mostra somente uma limitação do seu marxismo, mas, sobretudo, uma limitação geral da teoria marxista dominante naquele momento histórico em interpretar e intervir na realidade brasileira. Essas questões só seriam solucionadas por autores que sucederam este debate, como, por exemplo, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, Francisco de Oliveira, dentre tantos outros, que ficam como indicação de objeto de estudo para futuras aproximações ao tema.

Por último cabe destacar o aspecto amplo e vivo da obra de Sodré, que se transforma com o ambiente intelectual e político de seu tempo, sem hesitar em tomar posição. Além disso, sua produção teórica perpassa inúmeras áreas além da história do Brasil, como a história da literatura, da imprensa e dos militares. Ao contrário de Sodré, Caio Prado Jr. se revela um autor centrado na questão do desenvolvimento histórico brasileiro, o qual apreende de forma contínua, e sendo um autor fechado em si mesmo, pode ser muito bem qualificado como monolítico.

Com isso, se espera, a partir de um resgate da trajetória e das principais formulações de cada autor, ter evidenciado as principais diferenças entre estas interpretações do Brasil e suas respectivas teorias da Revolução Brasileira. Assim, se pode relativizar a aceitação acrítica da interpretação do Brasil de Caio Prado, e

desmontar algumas leituras críticas da obra de Nelson Werneck Sodré falseadoras de sua interpretação e extremamente simplificadoras. Isso, é claro, não torna a obra do autor objeto intocável e livre de críticas, que devem ser exploradas e aprofundadas em estudos posteriores.

Referências Bibliográficas

BIANCHI, A. M; NUNES, R. Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da história do pensamento econômico. *In: Revista Econômica* vol.4, nº2, p. 153-176, dezembro de 2002, Niterói.

BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C. O Pensamento Desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Brasília: CEPAL, 2005.

BORJA, B. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Tese de doutorado, Instituto de Economia/UFRJ, 2013.

BUEY, F. F. **Marx (sem ismos)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2ª edição, 2009.

CANDIDO, A. **O significado de raízes do Brasil** in BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26ª edição, 36ª reimpressão. SP: Companhia das Letras, (1967) 2011.

_____. **Iniciação à Literatura Brasileira**, São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. Rio de Janeiro; DP&A editora, 3ª edição, [1943] 2005.

CUNHA, P. R., Nelson Werneck Sodré: uma obra militante, 2012 In: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/NWS-PC.pdf>

DEL ROIO, M. A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAIS, J. Q. & DEL ROIO, M. **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000. v 4 – Visões do Brasil.

GOLDMAN, L. **Dialética e Cultura**, São Paulo: Paz e Terra, (1956), 1967.

GORENDER, J. O ciclo do PCB: 1922-1980. In: FONTES, A. (org.) **História e perspectivas da esquerda**, São Paulo: Argos, 1ª edição, 2005.

GRESPLAN, J. O conceito de modo de produção em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, F. & CUNHA, P. R. (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006.

HOBBSBAWM, E. **O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo**, Novos Estudos Cebrap, 1995.

LOWY, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, [1938] (2012).

_____. **Ideologias e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 6ª edição, [1985] (1991).

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2ª edição, 2009.

MADUREIRA, M. A. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, F. & CUNHA, P. R. (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006.

MALTA, M. (coord), *Ecos do Desenvolvimento*, Brasília: IPEA, 2011.

_____.

MALTA, M. BORJA, B. Interpretações do Brasil: uma proposta de acesso metodológico ao pensamento econômico brasileiro in *Niep Marx (anais)*, 2013.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, [1952] (2011).

_____. **Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1905] (1987).

MARX, K. & ENGELS, F. **Contribuição à crítica da Economia Política**, [1859] in <http://www.vermelho.org.br/biblioteca.php?pagina=critica.htm>.

MORAES, J. Q. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, M. (org.) **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**, Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 1ª edição, 2001.

_____. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS, D. A *et. ali*, **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, v.1 – O impacto das revoluções.

MORAIS FILHO, E. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS, D. A *et. ali*, **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, v.1 – O impacto das revoluções.

PEREIRA, C. A economia política como caminho para interpretações do Brasil: apontamentos sobre questões metodológicas para a história do pensamento econômico brasileiro in *Niep Marx (anais)*, 2013.

PRADO JR., C. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 21ª edição, [1933] 2007.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, [1942] 2012.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 31ª edição, [1945] 1985.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, [1966] 1978.

REIS, D. **A luta de classes no Brasil e o PCB**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2ª edição, 2011.

RICUPERO, B. Caio Prado Junior e o lugar do Brasil no mundo. In: **Um enigma chamado Brasil**. BOTELHO, A. & SCHARCZ (org.), São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Caio Prado Jr.: O primeiro marxista brasileiro. In: Revista USP, São Paulo, v.38, p. 64-77, Junho/Agosto, 1998.

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: REIS, D. A *et. ali*, **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, v.1 – O impacto das revoluções.

SEGATO, J. A. A revolução Brasileira. In: CABRAL, F. & CUNHA, P. R. (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006.

SILVA, J. Por que interpretar o Brasil? in Niep Marx (anais), 2013.

_____. Distintas leituras da história do pensamento econômico, Dissertação de mestrado, Instituto de Economia/UFRJ, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: José Olympio, 1ª Edição, 1944.

_____. **Introdução a Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1963.

_____. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1964

TOLEDO, C. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 1ª edição, 2001.

